

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Marinheiro Müller

O INDÍGENA, A CIDADE E O MERCADO:
AS CONTRIBUIÇÕES DA REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE
PARA COM A CAUSA DO INDÍGENA URBANO

Porto Alegre

2022

Leonardo Marinheiro Müller

**O INDÍGENA, A CIDADE E O MERCADO:
AS CONTRIBUIÇÕES DA REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE
PARA CÔM A CAUSA DO INDÍGENA URBANO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Administração de Empresas da Escola de Administração, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ariston Azevedo

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Müller, Leonardo Marinheiro
O INDÍGENA, A CIDADE E O MERCADO: AS CONTRIBUIÇÕES
DA REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE PARA COM A CAUSA DO
INDÍGENA URBANO / Leonardo Marinheiro Müller. --
2022.
69 f.
Orientador: Ariston Azevedo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de
Administração, Curso de Administração, Porto Alegre,
BR-RS, 2022.

1. Indígenas urbanos. 2. Mercado. I. Azevedo,
Ariston, orient. II. Título.

Leonardo Marinheiro Müller

O INDÍGENA, A CIDADE E O MERCADO:
AS CONTRIBUIÇÕES DA REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE
PARA COM A CAUSA DO INDÍGENA URBANO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Administração e aprovado em sua forma final pelo Curso de Administração, obtendo conceito A.

Porto Alegre, 6 de outubro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Ariston Azevedo, Dr.
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Fabio Meira, Dr.
Membro Convidado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho é dedicado a meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, que por todo o tempo estão ao meu lado, que tantas portas a mim abrem e que, a partir de muito esforço e dedicação, proporcionam a mim uma vida extraordinária.

Aos professores da universidade, dos quais tive o prazer de ser aluno, que tantas inspirações em mim plantaram e que tantos saberes compartilharam. Ao professor Ariston, em especial, pela disposição e dedicação que esbanjou ao me acompanhar na elaboração deste estudo.

Aos amigos e aos colegas de curso, que apesar de diferentes jornadas viverem, um pouco do mesmo caminho traçamos juntos.

Ao próprio caminho, que muitas vezes é florido e claro, outras tantas espinhoso e obscuro, mas sempre aquele que nos leva adiante.

“Só amanhece o dia para o qual estamos despertos.”

Henry David Thoreau

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com a intenção de buscar compreender, a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo exploratório, como atua uma iniciativa autônoma indígena e quais são as suas contribuições em relação ao amparo às comunidades indígenas que atende, bem como entender os efeitos que o modo de operar das modernas sociedades centradas no mercado causam sobre as comunidades indígenas — especialmente aquelas que têm seus membros inseridos em contexto urbano —, sobre seus costumes, culturas e identidades. Para esse propósito, buscou-se construir, através de uma revisão bibliográfica, um corpo teórico que contextualizasse os povos indígenas no cenário contemporâneo, dominado pela economia de mercado e situado em centros urbanos brasileiros. Após isso, é exposta uma discussão — destacando os diferentes pontos de vista a respeito do tema, e fundamentada em pesquisa de Berta Ribeiro — sobre o papel do indígena como artesão, bem como os benefícios e malefícios no que tange o comércio de suas artes nos centros urbanos. O que completa a revisão teórica são os conceitos elaborados por Alberto Guerreiro Ramos no que se refere à delimitação dos sistemas sociais e, assim, da proteção do que é substantivo ao homem contra a sua completa dominação pelo mercado e seus imperativos. Um estudo a respeito da Rede Indígena Porto Alegre será então apresentado, contendo ele a trajetória desta iniciativa, desde sua gênese até os detalhes de sua atuação em diversas frentes. Também serão apresentadas as contribuições da Rede no que diz respeito ao atendimento às comunidades indígenas de Porto Alegre e de sua Região Metropolitana, bem como uma análise a respeito das relações entre a Rede, o artesanato indígena para a comercialização e a cidade. Por fim, os principais fatores que levam à construção de um cenário de dificuldades e lutas diárias para os indígenas inseridos em contexto urbano serão explicados, bem como sugeridos possíveis caminhos para uma futura construção de melhorias no que se refere à recepção e ao amparo de membros de comunidades indígenas que migram para os centros urbanos do país.

Palavras-chave: Indígena. Artesanato. Contexto urbano. Mercado.

ABSTRACT

The present work was carried out with the intention of seeking to understand, from an exploratory qualitative research, how an autonomous indigenous initiative works and what are its contributions in relation to the support to the indigenous communities that it serves, as well as to understand the effects that the way modern market-centered societies operate has an impact on indigenous communities — especially those whose members are inserted in an urban context — on their customs, cultures and identities. For this purpose, it was sought to build, through a bibliographic review, a theoretical body that contextualizes indigenous peoples in the contemporary scenario, dominated by the market economy and located in Brazilian urban centers. After that, a discussion is exposed — highlighting the different points of view on the subject, and based on research by Berta Ribeiro — on the role of the indigenous as artisan, as well as the benefits and harms regarding the trade of their arts in the urban centers. What completes the theoretical review are the concepts developed by Alberto Guerreiro Ramos regarding the delimitation of social systems and, thus, the protection of what is substantive to man against his complete domination by the market and its imperatives. A study about Rede Indígena Porto Alegre will then be presented, containing the trajectory of this initiative, from its genesis to the details of its works on several fronts. It will also present the contributions of Rede with regard to serving indigenous communities in Porto Alegre and its Metropolitan Region, as well as an analysis of the relationship between the Rede, the indigenous crafts for the market and the city. Finally, the main factors that lead to the construction of a scenario of difficulties and daily struggles for indigenous people inserted in an urban context will be explained, as well as possible paths for a future construction of improvements regarding the reception and support of members of indigenous communities that migrate to the country's urban centers.

Keywords: Indigenous. Arts. Urban context. Market.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A SOCIEDADE CENTRADA NO MERCADO	15
2.1	O MERCADO: ASCENSÃO E DOMÍNIO.....	15
3	O INDÍGENA: RELAÇÕES COM A CIDADE E COM O MERCADO.....	17
3.1	O INDÍGENA NO CONTEXTO URBANO	17
4	O INDÍGENA E O ARTESANATO	24
4.1	O ARTESANATO INDÍGENA: DE DENTRO PARA FORA.....	24
5	EM BUSCA DE PROTEGER O QUE É SUBSTANTIVO	29
5.1	O MERCADO E SEUS IMPERATIVOS	29
5.2	A DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS: EM BUSCA DE PROTEGER O QUE É SUBSTANTIVO	32
6	A REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE	37
6.1	O INDÍGENA, A PANDEMIA E A BUSCA POR SOBREVIVÊNCIA.....	37
6.2	A REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE	39
6.3	ATUAÇÃO DA REDE	42
6.4	AS CONTRIBUIÇÕES DA REDE NA CAUSA DO INDÍGENA URBANO	45
7	A REDE, O ARTESANATO E A CIDADE: UMA ANÁLISE.....	48
7.1	A REDE E O ARTESÃO INSERIDOS EM CONTEXTO URBANO	48
7.2	O CENÁRIO ATUAL: ORIGENS E NOVOS CAMINHOS	52
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Desde a chegada do europeu às terras que viriam a se tornar o Brasil, os povos indígenas que nela habitam sofrem as mais variadas ameaças no que se refere à sua sobrevivência. Problemas como desterritorialização incessante, pressões extrativas de seus recursos naturais por parte de iniciativas individuais e associadas de grileiros, empresas e conglomerados nacionais e transnacionais, execução de grandes obras civis como represas e usinas, que causam largos impactos negativos sobre os ecossistemas em que vivem, e, mais recentemente, as péssimas condições de vida que enfrentam nos grandes centros urbanos, para onde têm sido levados a viver.

Refletindo sobre o processo de migração de povos indígenas para os centros urbanos, Klintowitz, Correia e Aguiar (2020) entendem que o indígena, em face de violência e invasão de suas terras, e, posteriormente, por consequência da industrialização do país, passa a viver em constante estado de migração, e o seu destino final tem frequentemente sido a cidade.

Carmen Lima (2010), em tese sobre etnicidade indígena em contexto urbano, afirma que o processo de urbanização do indígena constitui “um entrave para o reconhecimento da indianidade e o acesso aos direitos indígenas”, pois quando jogados a essa condição, eles são “diversas vezes [...] classificados como *índios desaldeados*” (p. 257, grifos no original), o que significa uma classificação aculturalizada dos povos tradicionais. Isso tem implicado, como alerta Nunes (2010), em torná-los diferentes do que realmente são, ou seja, indígenas, ainda que viventes em contextos urbanos.

Esse processo migratório acarreta, sem dúvidas, graves mudanças para o indígena. O desequilíbrio de seu modo originário de viver é inevitável e impõe sobre esses povos uma realidade para eles até então completamente estranha de manutenção da sobrevivência, obrigando-os a praticar buscas incomuns para suas culturas, como a de estudo e trabalho em grandes cidades, a de manutenção da

saúde através de sistemas públicos ou particulares, entre outras atividades típicas urbanas.

Os diversos motivos da migração do indígena para os centros urbanos, como mencionado acima, na maioria dos casos têm origem com forte processo de desapropriação de suas terras de origem, oriundo das várias pressões externas movidas pelos interesses de geração de riqueza impostos pelo sistema de mercado capitalista. O que o indígena, forçado a se deslocar, encontra na cidade, na grande maioria das vezes, são dificuldades: nela, frequentemente ser indígena também significa ser pobre. Souza (2019, p. 44) afirma que as “[...] condições estruturais que atrelam os povos indígenas à pobreza” são, principalmente, “baixa escolaridade, menor nível técnico e profissional”, elementos basilares exigidos nos centros urbanos para que se possa fazer “bicos” ou mesmo arrumar emprego formal. Tais fatores são como mandatórios para a “operação” na cidade, e muitas vezes o indígena recém-chegado (e até mesmo os já estabelecidos) não conta com eles. Como consequência disso, a autora alerta para o fato de que os latino-americanos autodeclarados indígenas, que totalizam de 8 a 10% da população do continente, se encontram entre os setores mais pobres da população (SOUZA, 2019).

Logo, ao chegar à cidade, o indígena, na ausência dos requisitos demandados pelo mercado competitivo para que dele se faça parte, passa a ocupar os mais diversos postos informais de trabalho, mas principalmente passa a vender os artefatos culturais e outras produções que aprendeu a fabricar através de legados culturais transmitidos ao longo de gerações. A ocupação de “artesão” nos centros urbanos — ainda que precária — é uma das principais posições que o indígena alcança na cidade e é especialmente dela que vem grande parte de sua renda — quando não toda.

O somatório desses problemas, além da falta de um maior amparo governamental e legal, motivou diversos grupos indígenas, para além da resistência e enfrentamento político organizado diário contra as ofensivas sobre suas culturas e direitos constitucionais (FERNANDES; MACIEL, 2019), a buscarem por alternativas

que lhes garantisse, minimamente, a sobrevivência, em especial durante o período da Pandemia do Covid-19. Uma dessas alternativas foi a criação da *Rede Indígena Porto Alegre*, aqui interpretada enquanto uma medida administrativa de caráter estratégico da qual lançaram mão agentes (políticos) indígenas. Afinal, “administrar é pôr em prática uma estratégia” (Ramos, 1966, p. 205), o que, no caso, significou articular uma rede social composta por ações concretas e aptas, assim, a romper fronteiras geográficas, culturais e hierárquicas sociais e políticas, com finalidade assistencialista expressa voltada para indígenas, alinhando-se à concepção de rede apresentada por Benelli (2016).

Fernanda da Costa (2020), em matéria veiculada pelo Jornal da UFRGS, traz à luz o caso da iniciativa indígena autônoma que nasceu justamente em contexto urbano no ano de 2020, em Porto Alegre. A jornalista explica como as ativistas Alice Martins e Raquel Kubeo, mulheres indígenas nascidas em contexto urbano, criaram, em março daquele ano, uma rede de apoio emergencial para um coletivo de artesãs indígenas de comunidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, que até antes da pandemia vendiam pelas ruas da cidade confecções artísticas indígenas que produziam. Com a pandemia, a renda conseguida com a comercialização de rua dos produtos ficou extremamente comprometida, o que acarretou dificuldade de obtenção de recursos básicos de sobrevivência, como alimentos, roupas, material de higiene etc.

Os objetivos da Rede, como serão apresentados, são essencialmente os de obtenção de alimentação e de acesso a produtos de higiene para proteção das comunidades contra o Coronavírus. Para que esses objetivos possam ser alcançados, a Rede realiza campanhas online de arrecadação de alimentos e outros recursos, para futura distribuição de cestas básicas para membros de comunidades, como as aldeias de Camaquã, Itapuã e Cantagalo, em Viamão. A Rede, além disso, promove outras iniciativas de apoio às comunidades atendidas, todas em busca de um objetivo maior: a visibilidade da causa do indígena urbano.

O propósito de iniciativas autônomas como a da Rede Indígena Porto Alegre, sabemos, é essencial para a incessante luta que é a causa indígena em contexto urbano, especialmente quando, dessa forma, busca alertar para a negligência do Estado brasileiro frente a esses povos e sua situação (MONDARDO, 2020). Entretanto, apesar de a prática de venda de artefatos culturais ser uma forma de os povos indígenas gerarem renda ao mesmo tempo em que expõem sua cultura — materializada em objetos carregados de importância e significados para as comunidades — para os não indígenas, quando tais objetos passam a desempenhar não mais o papel de artefatos em cerimônias religiosas, rituais ou celebrações, ou mesmo uma atividade de caráter de transmissão cultural, mas de moeda de troca no mercado, efeitos danosos às culturas indígenas podem surgir (RIBEIRO, 1983). Entretanto, no cenário atual de domínio do mercado sobre as sociedades urbanas e de incompatibilidades geradas entre a cidade e o indígena que para ela migra, é possível que, caso não haja esforços no sentido de promover delimitação concreta à invasão dos elementos do sistema de mercado ao modo de vida indígena, essa estratégia colabore para o processo de conversão deste em simples artesão vendedor de seus artefatos culturais subsumidos à função de mercadoria.

A partir do problema da precária situação econômica, política e também social do indígena em contexto urbano e dos conflitos culturais e de identidade que o contato com o mercado pode causar a esses povos, entende-se que, na maioria dos casos, uma adequada “inserção” do indígena no mercado tende a cobrar dele e de sua comunidade um preço cultural. Com base nisso, o que se buscará responder com este estudo é: **como a Rede Indígena Porto Alegre tem contribuído para o enfrentamento das dificuldades de sobrevivência do indígena em contexto urbano durante a pandemia e, ao mesmo tempo, estabelece medidas que impeçam ou amenizem as investidas do mercado sobre seu modo de vida?**

O que se buscará compreender com este estudo — ou seja, seu objetivo geral — são as possíveis contribuições de atuação de uma iniciativa indígena autônoma nascida justamente em contexto urbano, além de lançar luz sobre as dificuldades que limitam inclusive uma tentativa de reação desses povos frente a

cenários que desafiam sua sobrevivência, tanto física quanto cultural, frente às contemporâneas imposições do mercado, de fatores econômicos, políticos e sociais. Ademais, espera-se que as conclusões obtidas através deste estudo possam servir de alerta e de incentivo para a melhoria de práticas sociais e de políticas públicas que visem proporcionar melhor recepção e acolhimento ao indígena nos contextos urbanos.

2 A SOCIEDADE CENTRADA NO MERCADO

Como ponto de partida deste trabalho, e como importante delineamento da contextualização da relação de conceitos que será feita, faz-se necessário levar em consideração um breve histórico a respeito da escalada do mercado como o motor central dos sistemas econômicos e sociais modernos e contemporâneos. Aqui, com base em trabalho do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, será feita uma introdução a respeito da origem do mercado, do seu modo de operar, dos seus objetivos e como ele se espalhou através das nações e sobre o homem.

2.1 O MERCADO: ASCENSÃO E DOMÍNIO

O vigente e predominante sistema de produção como o conhecemos hoje nem sempre foi aquele que guiou a humanidade em sua busca por um dito desenvolvimento. Segundo Alberto Guerreiro Ramos, em sua obra *A Nova Ciência das Organizações*, as organizações formais, tão presentes e centralizadoras nos dias de hoje, pouco tinham participação no processo de socialização dos indivíduos nas sociedades pré-industriais. Pelo contrário, a “pessoa aprendia a tornar-se membro da sociedade através da participação numa porção de grupos que em geral não tinham o caráter instrumental das organizações formais” (RAMOS, 1989, p. 92).

É a partir do século XVI, entretanto, que diversos acontecimentos passam a alterar o caráter principal das interações sociais. Graças às expedições marítimas europeias, novas partes do planeta foram descobertas, o que abriu caminho para a expansão de rotas de transporte e propiciou a multiplicação de atividades comerciais e industriais (RAMOS, 1989). Tais acontecimentos precipitaram o “aparecimento de uma nova atitude em relação à prosperidade material da Europa” (RAMOS, 1989, p. 34). As revoluções comercial e industrial, segundo o Guerreiro, constituem resultado do novo conhecimento adquirido pelo homem de que agora ele poderia, através de deliberação sistemática, aumentar suas riquezas (ou seja, sua prosperidade material) a níveis até então sem paralelo.

Até o período que abrange os séculos pré-modernos, a prosperidade e a riqueza material, para o homem, eram consequências de atividades humanas que consistiam em transações inteligentes com a natureza, ou seja, as “necessidades do homem eram consideradas limitadas e a produção de bens deveria ser obtida através da colaboração do homem com os processos que a própria natureza gerava” (RAMOS, 1989, p. 34). A revolução comercial e suas possibilidades, ao contrário, impeliram o homem a levar esses processos a uma escalada sistemática, com o apoio de implementação de tecnologias, não levando em consideração diversos aspectos termodinâmicos da natureza (RAMOS, 1989).

Na medida em que as revoluções comercial e industrial se alastram através nações do globo, e devido ao caráter exigente da produção daquilo que é excedente às necessidades humanas, cada vez mais força de trabalho e tempo são demandados do homem. As organizações, buscando níveis cada vez mais altos de produção, passam a induzir o homem a crer que tudo aquilo que produzem é desejável (uma vez que gera riqueza) e que ele agora passa a existir e funcionar “por um interesse vital da sociedade como um todo” (RAMOS, 1989, p. 92). Desta maneira, o homem passa a desempenhar, na maior parte de seu tempo, um papel de instrumento de produção e, assim, ser “induzido a comportar-se como um ser econômico” (RAMOS, 1989, p. 93).

É estabelecida, através de tais imperativos, nos meios social, político e econômico a posição central do mercado. O tempo bem gasto é agora o tempo gerador de riqueza. O emprego, como hoje o conhecemos, passa assim a definir a significação social do indivíduo, uma vez que se tornou senso comum o entendimento de que só se alcança o desenvolvimento ou a atualização através da contribuição com a produção geradora de riqueza. O desemprego passa a ser entendido como a não contribuição para com esse processo, com a prosperidade do mercado, e, por conseguinte, com sociedade como um todo. Sendo assim, o homem afastado de atividades que geram riqueza passa a ter sua importância e significado diminuídos, ou até mesmo excluídos.

3 O INDÍGENA: RELAÇÕES COM A CIDADE E COM O MERCADO

A intenção deste capítulo é a de construir uma síntese a respeito da natureza das relações dos povos indígenas brasileiros em geral com os povos brancos europeus, responsáveis por instalarem e praticarem no Brasil os imperativos do mercado e, como será visto, as primeiras formas de descaracterização dos grupos indígenas daqui naturais. Na seção que se segue, buscou-se também abordar dados qualitativos e quantitativos a respeito das condições de vida e de independência dos povos indígenas do país ao longo do tempo, até os dias presentes, bem como o caráter de suas relações com os centros urbanos e as sociedades centradas no mercado, o que incluirá as dificuldades e alterações que esse processo impõe sobre as culturas e modos de vida desses povos.

3.1 O INDÍGENA NO CONTEXTO URBANO

Desde a chegada do europeu às terras que viriam a se tornar o Brasil, os povos indígenas que nela habitam sofrem as mais variadas ameaças no que diz respeito a sua sobrevivência, seja ela a de caráter físico quanto a de cultural. Os problemas nascem de um conflito entre os povos daqui nativos e aqui estabelecidos e um espírito expansionista e dominador europeu, que, fundamentado nas bulas papais e permitido pelo rei, busca extrair das novas terras que encontrou tudo aquilo que poderia enriquecer as suas; para isso, muito esforço seria demandado, e como os números dos recém chegados não dariam conta de trabalhar em tamanha descoberta, os indígenas foram a primeira mão de obra (escravizada) que viria a contribuir diretamente na construção do Brasil que hoje conhecemos. Como lembra Darcy Ribeiro (1995, p. 42), “o índio passou a ser, depois do pau-brasil, a principal mercadoria de exportação para a metrópole”.

Darcy Ribeiro observa que nunca existiu, entretanto, a mera passividade indígena frente às constantes violações por eles sofridas, mas que frequente e inevitavelmente a resistência era quebrada:

Frente à invasão européia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga. Nesse conflito de vida ou morte, os índios de um lado e os colonizadores do outro punham todas as suas energias, armas e astúcias. Entretanto, cada tribo, lutando por si, desajudada pelas demais — exceto em umas poucas ocasiões em que se confederaram, ajudadas pelos europeus que viviam entre elas — pôde ser vencida por um inimigo pouco numeroso mas superiormente organizado, tecnologicamente mais avançado e, em consequência, mais bem armado. (RIBEIRO, 1995, p. 49)

Através do longo período colonial e também de tempos mais contemporâneos, diversas e cada vez mais duras invasões, sejam por parte da Coroa ou de empresas e organizações brasileiras e estrangeiras, fizeram crescer de maneira incessante e imbatível a desterritorialização do indígena. Os ataques vêm de todos os lados: pressões extrativas sobre recursos naturais por parte de iniciativas individuais e associadas de grileiros, empresas e conglomerados nacionais e transnacionais, execução de grandes obras civis como represas e usinas, que causam largos impactos negativos sobre os ecossistemas em que vivem, além de outros, têm sido o duro cotidiano enfrentado pelos povos indígenas desde a chegada do europeu ao Brasil. O somatório desses diversos fatores tem gerado, naturalmente, significativas barreiras que dificultam ou impedem a sobrevivência física e cultural dos indígenas do país. A grande maioria desses povos sofrem com as batalhas diárias que enfrentam, tanto em seus territórios originais remanescentes quanto nos grandes centros urbanos, para onde — por essas e outras diversas razões — têm sido levados a habitar.

A migração de povos indígenas para as cidades é um processo antigo e que se perpetua já há séculos. Refletindo a respeito do tema, Klintowitz, Correia e Aguiar (2020), em artigo acerca do assunto, buscam elencar e explicar os diferentes tipos de migração indígena para os centros urbanos ao longo do tempo e fazem

ponderações pertinentes a respeito dos problemas que esse processo causa aos membros dessas comunidades.

Considerando a linha do tempo até o final do século XIX, os autores consideram a existência de, essencialmente, três categorias de migração indígena para os centros urbanos. A primeira delas é aquela que povos horticultores realizaram, que se tratam dos grupos geralmente fixados em determinados territórios e que garantiam sua sobrevivência através da plantação e colheita. A segunda categoria se refere àquela dos povos coletores, ou seja, grupos indígenas que buscavam de forma nômade a sua sobrevivência (não possuíam morada fixa). A terceira é aquela mais semelhante às migrações atuais, ou seja, a migração (forçada ou não) do indígena para a cidade com o objetivo de buscar vagas de emprego ou outro tipo de atividade diferente das de sua comunidade original.

A partir do final do século XIX, segundo os autores, até os dias atuais, diversos fatores começaram a exercer simultânea influência sobre o processo de migração, sendo ele agora motivado por essas diversas variáveis. Na década de 1940, por exemplo, a partir de grande movimento de industrialização no Brasil, a migração para os centros urbanos se intensifica. Atividades como a mineração, por exemplo, têm características de operação agressivas sobre os ambientes onde operam, e esses são essencialmente terras ainda intocadas pelo homem urbano; frequentemente, nessas mesmas terras estão lares de grupos indígenas, seus locais de ocupação, de trabalho na terra, de convivência familiar, de transmissão de legados culturais; é nelas que vivem e convivem.

Tais agressões — inerentes às atividades industrializantes modernas e contemporâneas — impõem sobre os povos indígenas e suas terras originais duras mudanças. O indígena se vê cada vez mais perseguido e invadido por forças externas dominantes. A consequência disso é, novamente e em muitos casos, a migração, e, a partir dela, ele busca sobrevivência e oportunidades, frequentemente definidas e moldadas pelo próprio “novo mundo” que o invade e destrói seus modos tradicionais de viver; o indígena, cercado pela atuação industrializante do mercado,

tende a partir para centros urbanos em busca de trabalho, estudo, tratamento de saúde e, principalmente, melhores condições de vida (KLINTOWITZ; CORREIA; AGUIAR, 2020).

Estima-se que a população indígena do Brasil chegue a quase 900 mil pessoas, sendo que em torno de 324 mil delas vivem em centros urbanos (IBGE, 2010). A vinda do indígena para a cidade muitas vezes se dá com o intuito de este procurar “solucionar” os problemas de (ou que vão até) sua terra de origem, mas o que encontra são dificuldades: nas cidades, na imensa maioria das vezes, ser índio também significa ser pobre. De maneira quase invariável, o indígena, segundo Jesus (2017), se torna mão de obra barata em setores como o da construção civil, fato que contribui para a invisibilidade desses povos no meio urbano. Logo, a frequente situação de marginalização do indígena quando inserido nesse contexto exhibe seus efeitos não somente quando ele se encontra em situação de rua ou periferia, com restrito acesso a serviços de atendimento público essenciais à sobrevivência; ela é percebida também quando ele ingressa no mercado de trabalho.

Em pesquisa sobre a pobreza indígena e análise etnográfica na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, Souza (2019, p. 44) afirma que as “[...] condições estruturais que atrelam os povos indígenas à pobreza” são, principalmente, “baixa escolaridade, menor nível técnico e profissional”, elementos basilares exigidos para que se possa fazer “bicos” ou mesmo arrumar emprego formal. Tais fatores são como mandatórios para a “operação” na cidade, e muitas vezes o indígena recém-chegado não conta com eles. Como consequência disso, a autora alerta para o fato de que os latino-americanos autodeclarados indígenas (que totalizam de 8 a 10% da população do continente) se encontram entre os setores mais pobres da população (SOUZA, 2019).

O processo migratório, assim, tem acarretado graves mudanças no modo de vida das comunidades indígenas. No ambiente urbano, pouca ou nenhuma oportunidade resta para o indígena para que mantenha sua tradicional e complexa relação com a natureza, característica de sua afirmação de identidade e de cultura

(SOUZA *et al.*, 2015). Longe de suas terras originais (muitas vezes desapropriadas), também suas percepções de território, marcadas por relações sagradas com a natureza, que orienta rituais e práticas cotidianas (ENGE, 2008) e é percebida através de um conjunto diverso de significações, perdem seu espaço na cidade. Os saberes e conhecimentos indígenas, bem como suas práticas, materializados em modos de manejar a terra e culturas agrícolas diversas, de tratar enfermidades e outros males a partir de plantas medicinais, de produzir utensílios, ferramentas e tintas, todos são invalidados pelo predomínio do cientificismo e pelas tecnologias da cidade. Por fim, também o modo de vida coletivo, tradicionalmente vivido pelas comunidades indígenas, fundamentado na partilha de recursos e de saberes entre seus membros, é confrontado pela competição e pelo individualismo citadinos, características desenhadas pela atuação do mercado sobre o modo de vida urbano. Dessa forma, a organização social e cultural em geral do indígena fica sob ameaça no processo migratório, e frequentemente essas se desfazem em submissão ao domínio do mercado.

O indígena, quando migra, é então obrigado a praticar buscas até então incomuns para suas culturas, como a de estudo e trabalho em grandes cidades, a de manutenção de sua saúde através de sistemas públicos ou particulares, entre outras atividades típicas de populações urbanas, mas distantes dos seus costumes tradicionais, agora invalidados.

Carmen Lima (2010), em tese sobre etnicidade indígena em contexto urbano, afirma que o processo de urbanização do indígena constitui “um entrave para o reconhecimento da indianidade e o acesso aos direitos indígenas”, pois quando jogados a essa condição, eles são “diversas vezes [...] classificados como *índios desaldeados*” (p. 257, grifos no original), o que significa uma classificação aculturalizada dos povos tradicionais. Essa concepção de deslocamento do indígena quando presente em contexto urbano também foi analisada por Eduardo Soares Nunes (2010), em artigo intitulado *Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades*. Nas palavras do autor:

A idéia de “índios urbanos” parece [...] como uma contradição em termos. O selvagem fora da selva, (quase) camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser. Um dos problemas envolvidos aqui – um dos aspectos, portanto, com os quais a antropologia, nessas circunstâncias, tem que lidar – é uma certa teoria da mudança cultural, que toma a transformação com um processo de tornar-se diferente de si próprio e, como consequência, igual a outrem, deixando, assim, de ser quem se é. (NUNES, 2010, p. 16)

Quando buscamos aspectos da situação do indígena urbano no Brasil fundamentada em dados estatísticos, o último Censo realizado, em 2010, nos supre com diversas informações sobre fatos que constroem uma dura realidade. Marinho, Caldas e Santos (2017), em análise detalhada do levantamento, ressaltam informações importantes a respeito da situação do indígena em contexto urbano, como o fato de que a proporção de indígenas vivendo em domicílios improvisados nas cidades (3,9 por mil) é mais do que o dobro da respectiva taxa para pretos (1,4 por mil), e mais do que cinco vezes a mesma proporção para brancos (0,7 por mil). No que se refere aos indígenas moradores de zonas consideradas rurais, essa taxa se equipara à dos brancos (3,0 por mil para os dois grupos).

No que diz respeito à relação entre alfabetização e condições de domicílio, os autores destacam que a proporção de indígenas não alfabetizados que vivem em domicílios improvisados (27,5%) em regiões urbanas foi mais de duas vezes superior à mesma taxa que considera a não alfabetização de moradores de domicílios considerados permanentes (12,9%). Novamente, os mesmos números nas zonas rurais foram menos discrepantes entre si.

Alguns dos dados divulgados tratam especificamente dos indígenas do estado do Rio Grande do Sul, e os dados são ainda mais alarmantes. No tocante à distribuição das Unidades Federativas, o Rio Grande do Sul lidera na proporção nacional de indígenas vivendo em domicílios improvisados (15% do total no país). Os autores alertam que todos os três estados da Região Sul apresentam taxas superiores a 5 por mil indígenas vivendo em domicílios improvisados, e que no Rio Grande do Sul essa proporção chega a 12,3 por mil.

O somatório de tais aspectos é a quantificação de uma realidade que atuante em nosso país. As altas taxas de analfabetismo somadas às condições precárias de moradia desses povos se somam para gerar um cenário que impede o indígena de participar do mercado de maneira competitiva com o resto da população urbana, especialmente porque sua luta diária ainda se concentra na manutenção de sua sobrevivência, na busca pela garantia de seus aspectos básicos.

Os povos indígenas do Brasil, apesar de tudo, lutam para manter relações significativas com o mercado, isto é, para garantir sua própria sobrevivência sob seu domínio. Apesar das inúmeras dificuldades que enfrentam nas cidades, existem várias estratégias através das quais esses povos buscam garantir sua renda, sendo uma delas a comercialização de produtos oriundos da agricultura tradicional, do extrativismo e da cultura material (GARCÉS *et al.*, 2015). Entretanto, apresenta-se, a partir de agora, talvez a mais associada atividade comercial ao indígena inserido em contexto urbano: a venda de artes.

4 O INDÍGENA E O ARTESANATO

Este capítulo busca expor, após compreendida a natureza geral das relações dos povos indígenas brasileiros com a sociedade centrada no mercado, a discussão, incluindo os diversos pontos de vista a respeito do tema, sobre o papel do indígena como produtor de artesanato. Fundamentada no trabalho de Berta Ribeiro a respeito da relação do indígena com a venda de artes para o mercado, a seção que segue busca lançar luz sobre a natureza e os aspectos da venda de artes produzidas por povos indígenas para o mercado, bem como os benefícios e malefícios que decorrem desta atividade.

4.1 O ARTESANATO INDÍGENA: DE DENTRO PARA FORA

Em 1983, Berta Ribeiro realizou um estudo denominado *Artesanato Indígena: para que e para quem?*, no qual analisa a produção indígena de artesanato, seu significado interno às tribos e também os conflitos que são gerados quando este passa a desempenhar um papel de objeto de troca no mercado. Para ela, existem diversos aspectos que compõem uma essência (para dentro) que habita esse tipo de arte, e que os problemas da relação desta com o meio externo ao da tribo (para fora), principalmente quando usados como mera moeda de troca comercial, são inúmeros e graves:

O artesanato indígena tem conteúdos de origem ecológica, tecnoeconômica, estética e estilística, ritual-religiosa, educativa-socializadora, de interação com tribos vizinhas, através do sistema de trocas, que devem ser levados em conta. Do contrário, a intervenção extratribal nesse terreno pode causar danos irreparáveis aos modos de vida indígenas, deteriorando sua organização social, afetando sua auto-imagem e identidade étnica. (RIBEIRO, 1983, p. 12).

França (2017) complementa a esse respeito, enaltecendo a rica unicidade — tanto de significado quando estética — da arte indígena:

A arte indígena compreende as técnicas, o emprego de determinadas matérias-primas e um repertório de elementos de decoração que às vezes são privativos de elementos residenciais, grupos domésticos ou dos indivíduos. O conjunto desses procedimentos técnicos seletivos contém as informações de caráter estético, social e étnico, constituindo um estilo tribal correspondente a uma área da cultura. (FRANÇA, 2017, p. 60).

O autor ainda entende que o verdadeiro fator levado em consideração pelo indígena, enquanto atuando na produção artesanal, não são tanto as dimensões estéticas do confeccionado, mas sim “suas relações entre expressão e conteúdo; forma e significado”, ou seja, “formas que remetem a referências que lhe são exteriores, como: sistemas de organização social, mitos e papéis rituais” (FRANÇA, 2017, p. 59).

Berta Ribeiro (1983) destaca, entretanto, que os benefícios e malefícios decorrentes da produção artesanal indígena para o comércio são muito discutidos. Existe o problema do grande dispêndio de tempo e esforço para a confecção de determinados itens em contraste com o irrisório pagamento recebido em troca, o que acaba por duplamente não compensar o esforço feito pelo artesão, uma vez que ele também é desviado de tarefas que poderiam lhe trazer maiores benefícios, como a horticultura e a pesca. A esse respeito, Ribeiro recomenda “Evitar que a atividade artesanal para o comércio interfira com instituições que regulam a vida social do grupo, como a divisão do trabalho, o sistema de distribuição de bens e as atividades para o provimento da subsistência” (RIBEIRO, 1983, p. 25).

Há também problema no fato de que a venda de determinados itens utilizados exclusivamente em cerimônias ou rituais pode culminar na desmistificação simbólica a eles atrelada. Sobre isso, a autora alerta que se deve considerar “que a cultura material de um grupo indígena serve à sua reprodução social e não deve ser

tomada, em sua totalidade, como um artesanato para a venda [...]” (RIBEIRO, 1983, p. 25).

Outro fator importante que segundo a autora deve ser levado em consideração é o ambiente ou ecossistema no qual o indígena está inserido ou de onde extrai matéria prima para suas produções. Isso afeta aqueles itens que são confeccionados a partir de matéria-prima escassa ou exaurível (como penas de aves, por exemplo), o que pode implicar em danos permanentes a determinados ecossistemas (RIBEIRO, 1983).

Para Garcés *et al.* (2015), existe um grande desafio que é colocado aos povos indígenas no que diz respeito à comercialização de sua arte e à proteção de seus conhecimentos tradicionais e defesa de patrimônio cultural (GARCÉS *et al.*, 2015). Para os autores:

A circulação ampla desses objetos abre espaço para apropriações, usos indevidos e não autorizados desse patrimônio. A abertura para um amplo universo de atores não indígenas, interessados na utilização desses conhecimentos e nas expressões culturais indígenas, abre espaço tanto para usos que possam se reverter em benefícios quanto em prejuízos aos povos indígenas. (GARCÉS *et al.*, 2015, p.676).

Através de um ponto de vista diferente, Jesus (2017) busca enaltecer e explicar os benefícios e o importante papel da comercialização artesanal indígena na afirmação cultural desses povos. Ele observa:

A produção artesanal, pelo caráter de transgressão à racionalidade tecnológica e à lógica da produtividade inerente à economia industrial, explicita a relação entre o homem e o meio mediante a representação simbólica da cultura e se constitui como transmissão cultural [...]. (JESUS, 2017, p. 353).

Ou seja, para o autor, as comunidades indígenas encontram no artesanato, sim, uma fonte de renda, mas isso não se trata apenas de uma perspectiva utilitarista do processo, mas também, e principalmente, “um meio de autoafirmação e resistência à sua marginalização em políticas públicas e leis e à sua invisibilidade em movimentos sociais”, além da contribuição para com a “valorização da multiplicidade de expressões culturais” (JESUS, 2017, p. 353). A produção artesanal foge de padrões de produção em massa, caracteristicamente industrial, e representa uma manifestação cultural, especialmente mais forte quando em ambientes diferentes daqueles nos quais tiveram origem.

Embora diversos programas tenham sido criados (a exemplo do Programa Índio & Arte, desenvolvido pelo Museu do Índio do Rio de Janeiro) com o intuito de estimular a divulgação do patrimônio cultural de povos indígenas do Brasil, bem como gerar trabalho e renda para seus membros, Jesus (2017) entende que tais iniciativas ainda são insuficientes no que se refere à inclusão socioeconômica de artesãos indígenas. Para o autor, elas não tratam do problema fundamental que são exatamente as *condições* em que essa produção ocorre:

[...] ou eles se enquadram na categoria de um “índio de verdade” ou “índio puro”, que vive isolado nas matas, tutelado pelo Estado sem direito à autonomia e constantemente rotulado como entrave ao “progresso” e ao “desenvolvimento” — o que explica as ações de violência e extermínio —; ou se colocam como “aculturados”, num contexto que não os identifique como parte de um “povo diverso” e que, por conta disso, aos olhos dos poderes instituídos, devem perder direitos que lhes são assegurados pela própria lei ao buscarem alternativas econômicas para seu território e se apropriarem de novos instrumentos para sua sobrevivência e afirmação de sua cultura. (JESUS, 2017, p. 356).

Portanto, a inserção de povos indígenas no mercado através da comercialização de artes é um tema de característica complexidade. Como vimos, ele enseja debates, com opiniões de diferentes pontos de vista, que muitas vezes chegam a ser opostas umas às outras. Fato é que a venda de artes passa a ser uma

saída que este encontra para as suas dificuldades frente à cidade e ao mercado. Entende-se, também, que grande parte do problema que reside no processo de produção artística para venda nos centros urbanos seja a maneira indiferente através da qual o mercado se apropria desses objetos. Eles são obrigados a deixar seu lugar original de importância, junto com seus significados internos à tribo, para se tornarem objetos de troca, muitas vezes expostos no chão de calçadas, com seu valor agora medido por seu tamanho e pela beleza estética que os olhos estranhos à sua origem os conferem.

Em sua obra *A Nova Ciência das Organizações*, Guerreiro Ramos (1989, p. 114) alertou-nos para o fato de que apenas “nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos”. Tal fato se aplica a todos que vivem sob seu domínio, inclusive ao indígena, já inserido em contexto urbano, impondo sobre ele uma espécie de submissão ao modo de operar do mercado e da cidade, fazendo com que ele abra mão de diversos aspectos inerentes a seu modo de viver e à sua cultura originais para que garanta (embora necessariamente de modo a contribuir para com a prosperidade da sociedade centrada no mercado) a sua sobrevivência. Nesse processo, e no que se refere à comercialização de artefatos nas cidades, o indígena tem seus produtos culturais convertidos em mercadoria e é convertido ele próprio em artesanato.

5 EM BUSCA DE PROTEGER O QUE É SUBSTANTIVO

A intenção deste capítulo é apresentar, com base nos estudos de Alberto Guerreiro Ramos em *A Nova Ciência das Organizações*, os aspectos funcionais que o mercado demanda do homem, como o comportamento e a cooperação com a prosperidade da produção geradora de riquezas, além do espalhamento do modo de operar do mercado para todos os ambientes, inclusive extraorganizacionais. Logo após, será exposto o modo como o mercado se torna detentor de papel central na vida do homem contemporâneo e, em consequência disso, a sua tendência de suprimir das atividades que garantem a este último autogratificação e atualização pessoal. Em seguida, será apresentada a proposição de Guerreiro Ramos a respeito da delimitação dos sistemas sociais através do paradigma paraeconômico, por meio do qual o autor buscou propor uma limitação da influência do mercado e de seus imperativos na totalidade da vida do homem. Por último, buscar-se-á encontrar uma relação entre a delimitação dos sistemas sociais, a proteção do que é substantivo ao homem e o caso das culturas indígenas frente aos desafios no ambiente urbano dominado pelo mercado.

5.1 O MERCADO E SEUS IMPERATIVOS

Predominante nos ambientes em que o mercado está presente e na qual o mesmo se sustenta, atua aquela que é denominada racionalidade funcional. Esta, por sua vez, fundamenta aquilo que Guerreiro Ramos chama de “comportamento”. Para ele, comportamento é uma “forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das consequências”, que tem como “categoria mais importante a conveniência” e que, por isso, “é desprovido de conteúdo ético de validade geral” (RAMOS, 1989, p. 50-51). Para que a operação do mercado se dê de forma eficiente (ou seja, produtiva), é imprescindível a predominância de relações humanas de caráter puramente mecânicos, operacionais e utilitários. Sendo assim, para que a produção tenha sucesso, é necessário que o homem se comporte.

A expansão do mercado e suas pressões organizacionais passaram a penetrar a maioria das áreas das quais o indivíduo dispõe, inclusive fora de seu ambiente de trabalho (RAMOS, 1989). Dessa forma, “altamente controlados por gigantescos complexos empresariais, os meios de comunicação de massa promovem amplamente aqui uma ‘irrefletida realidade’ ao *status quo*” (RAMOS, 1989, p. 110, grifos no original). Assim, “o ambiente social, como um todo, tornou-se, ele próprio, um ambiente mecanomórfico e, pela interiorização de suas normas e exigências, o indivíduo é induzido a se transformar, a si mesmo, num sistema mecanomórfico” (RAMOS, 1989, p. 111). Ou seja, praticamente não existe mais tempo ou espaço em que o mercado e seus imperativos ainda não tenham penetrado. O homem não mais está sob sua influência somente em seu período de trabalho, no qual supostamente deve contribuir para com a produção, mas sim o tempo todo. O homem é, por consequência, induzido a se comportar, nos termos de Guerreiro, em tempo integral. Existe, para isso, um preço cobrado:

Não apenas o mercado e seu caráter utilitário tornaram-se forças históricas e sociais inteiramente abrangentes, em suas formas institucionalizadas em larga escala, mas também demonstraram ser altamente convenientes para a escalada e a exploração dos processos da natureza e para a maximização da inventiva e das capacidades humanas de produção. No entanto, através de todo esse experimento, o indivíduo ilusoriamente ganhou melhora material em sua vida e pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação. (RAMOS, 1989, p. 52).

O autor entende que, uma vez que o homem dominado pelo mercado se comporta conforme estimativas utilitárias de atividades e interações, “a conduta humana se conforma a critérios utilitários que, a seu turno, estimulam a fluidez da individualidade”, e é dessa maneira que o mercado passa a transformar o homem moderno em uma “fluida criatura calculista, que se comporta, essencialmente, de acordo com regras objetivas de convivência” (RAMOS, 1989, p. 54).

Uma vez que passa a desempenhar papel central na vida do homem, espalhando seu emaranhado de condições (principalmente sua exigência de comportamento mecânico e funcional daqueles que o integram, aliada à sua praticamente onipresença), o mercado, segundo Guerreiro, constitui um entrave ao desenvolvimento por parte do homem de atividades auto gratificantes e atualizadoras, ou seja, atividades de caráter substantivo. Cada vez mais, em consequência desse domínio, o homem tem sido levado a “reprimir espontaneamente sentimentos e maneiras de ver que desviariam seu comportamento dos respectivos propósitos instrumentais” (RAMOS, 1989, p. 113). O autor esclarece:

A conduta individual, no contexto das organizações econômicas, está, fatalmente, subordinada a compulsões operacionais, formais e impostas. Assim sendo, o *comportamento administrativo* é intrinsecamente vexatório e incompatível com o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. (RAMOS, 1989, p. 135, grifos no original).

Tais imperativos a respeito do comportamento são transmitidos através do que o autor chama de política cognitiva, que consiste “no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida” que tem por objetivo “levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (RAMOS, 1989, p.87). Isso se dá, por exemplo, quando a política predominante nas sociedades industriais, objetivando sua própria prosperidade, dita regras que normalmente são absorvidas sem nenhuma crítica pelos cidadãos, uma vez que esse processo se dá através da exposição desses mesmos cidadãos a “influências planejadas sistematicamente” (RAMOS, 1989, p. 91). A consequência disso é a transformação de “padrões do mercado, para pensamento e linguagem”, em “padrões gerais de pensamento e linguagem” (RAMOS, 1989, p. 92).

Em virtude do caráter fundamental que é conferido à “produção produtiva” pelos sistemas sociais centrados no mercado, atividades que não contribuem

diretamente para com o aumento da riqueza de uma nação (ou seja, que não são ditas produtivas) passam a ter, dessa forma, sua importância reduzida aos olhos destes sistemas:

Assim sendo, não se considera formalmente como fatores contributivos da riqueza nacional aquilo que resulta da iniciativa de membros de uma unidade doméstica que, sem perceberem um salário, se ocupam de atividades como cozinhar, limpar, costurar, cultivar verduras, preparar conservas, cuidar de jardins, decorar a casa, tratar dos doentes, promover consertos e instalações, educar as crianças e exercer a supervisão delas. Da mesma forma, o cidadão que, sem ser pago por isso, participa das reuniões da igreja local, de conjuntos artísticos e educacionais de vizinhança e de esforços de auxílio próprio de todo tipo, não é considerado como recurso. (RAMOS, 1989, p. 180)

Mesmo aquela categoria de produção que garante a sobrevivência (e até mesmo a atualização pessoal) de quem a pratica, tem sua importância invalidada pela sociedade centrada no mercado:

Nos países periféricos, uma grande parte da população que trabalha como *camponesa* do ponto de vista convencional não é considerada como produtiva, na medida em que o produto de suas atividades não é comercializado. Não obstante, os membros da família, o cidadão participante e os camponeses que provêm o próprio sustento *produzem*, efetivamente. (RAMOS, 1989, p. 180).

5.2 A DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS: EM BUSCA DE PROTEGER O QUE É SUBSTANTIVO

É em vista do estabelecimento de tal cenário de domínio do mercado sobre a sociedade contemporânea, junto da repressão de atividades não geradoras de riqueza material, que Guerreiro Ramos propõe uma demarcação — uma “delimitação”, em seus termos — dos sistemas sociais. O autor entende que o modelo de análise e de planejamento de sistemas sociais que atualmente predomina é unidimensional, justamente por refletir “o moderno paradigma que, em grande parte, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais” (RAMOS, 1989, p. 140). Ele justifica:

As finalidades da vida humana são diversas e só umas poucas, dentre elas, pertencem, essencialmente, à esfera das organizações econômicas formais. Na tentativa de criar e maximizar os recursos necessários a seu bem-estar material, o indivíduo pode-se permitir atividades mecanomórficas, que são aquelas específicas da organização econômica formal. No entanto, regras operacionais, mecânicas, não se ajustam a todo o espectro da conduta humana. (RAMOS, 1989, p. 125).

O autor busca, através de uma abordagem substantiva das organizações, a concepção de um modelo multidimensional de formulação de sistemas sociais, no qual “o mercado é considerado um enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado” (RAMOS, 1989, p. 140). Guerreiro chama tal modelo de “paradigma paraeconômico”.

O paradigma econômico, embasado em uma abordagem substantiva das organizações, preza pela limitação da penetração do mercado como ela se dá hoje, em diversas áreas da vida humana. A delimitação social envolve “uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas” (RAMOS, 1989, p. 140). As organizações e o mercado têm, sim, sua importância, mas não suprem eles todas as necessidades humanas. O autor explica:

É possível tentar definir a organização econômica como um sistema microssocial que produz mercadorias segundo normas contratuais objetivas, dispõe de meios operacionais para a maximização de recursos limitados e utiliza critérios quantitativos para avaliar a equivalência de bens e serviços. Isso quer dizer que as organizações econômicas, tendo exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral, devem ser consideradas como pertencentes a um enclave conceptual e pragmaticamente limitado, dentro do espaço vital humano. (RAMOS, 1989, p. 134-135).

Guerreiro defende que a produção “não é, necessariamente, um resultado de atividades desenvolvidas dentro dos limites do mercado”, mas sim constituída “pelos resultados que contribuem para aumentar o gozo da vida e que, como tal, podem representar os resultados de atividades desenvolvidas no contexto de sistemas sociais não orientados para o mercado” (RAMOS, 1989, p. 197). Ele acrescenta:

[...] a produção deveria ser empreendida não só para proporcionar a quantidade bastante dos bens de que o homem necessita para viver uma vida sadia, mas também para provê-lo das condições que lhe permitam atualizar sua natureza e apreciar o que faz para isso. Desse modo, a produção de mercadorias deve ser gerida eticamente, porque, como consumidor ilimitado, o homem não torna resistente, mas exaure seu próprio ser”. (RAMOS, 1989, p. 199)

Entende-se, assim, que o homem, de certa forma, quando dominado pelo atual modo de operar do mercado, reprime suas características e anseios substantivos a tal ponto que chega a perder sua identidade pessoal. Esse fato se aplica a todos que têm suas atividades influenciadas pelo mercado. Logo, a essa situação também não escapam os povos indígenas, que têm suas vidas reguladas a partir de aspectos culturais praticamente opostos àqueles que regulam a vida na cidade. Esta é muitas vezes caracterizada pelo individualismo e pela competição,

principalmente no que se refere à produção (de riquezas) e ao auto desenvolvimento pessoal. As comunidades indígenas, ao contrário, tendem a desenvolver muitas de suas atividades objetivando o compartilhamento e o bem maior da coletividade, tanto no que se refere à obtenção de recursos para a sobrevivência quanto nas atividades que promovem o desenvolvimento pessoal de cada um de seus membros, como a própria prática da confecção de artefatos culturais. Nos centros urbanos, todos os aspectos originais que constituem um modo subjetivo de ser dos povos indígenas é invalidado pelo mercado e forçado por ele a se transformar, de algum modo, em contribuição para o seu progresso. A confecção de artefatos culturais é a atividade de caráter substantivo ao modo de vida indígena que mais tem sofrido tal transformação.

Como já exposto anteriormente, Berta Ribeiro alertou para os perigos que habitam a venda de artefatos indígenas para o mercado. Os objetos, muitas vezes carregados de significado interno, empregados como ferramentas, adornos, artefatos ritualísticos, são apropriados no meio extratribal por indivíduos que os cobiçam como objetos de valor exótico, mas mesmo assim os atribuindo baixo valor econômico. A venda normalmente é paga em quantias irrisórias e incompatíveis com o dispêndio de tempo e esforços empregados na produção dos objetos.

Em vista de tais problemas, a autora faz um alerta:

Cabe agora colocar a última questão e a mais crucial, certamente. A quem beneficia a atividade artesanal para a venda? Aos índios ou aos compradores? Qual a importância econômica dessa atividade para a reprodução social do grupo indígena? Nas circunstâncias atuais, [...] poder-se-ia dizer que o artesanato para a venda atende, do ponto de vista econômico, aos interesses do aquisidor. Repete-se, aqui, o processo verificado com a atração e a pacificação de grupos tribais arredios. Ela só beneficia a sociedade nacional que incorpora novas áreas para a sua expansão e se apropria dos recursos naturais e da mão-de-obra indígena. (RIBEIRO, 1983, p. 24).

Existe uma preocupação, portanto, quanto a proteção dos significados que residem na produção de artefatos indígenas, portanto, das próprias culturas e identidades desses povos, uma vez que entram em contato com o mercado e com sua “potência prodigiosa de tudo subverter” (RIBEIRO, 1995, p. 48). Entretanto, entende-se que operar com a comercialização de artefatos nos centros urbanos e ao mesmo tempo proteger seus aspectos subjetivos, impedindo que ela se transforme de tradição cultural em mera moeda de troca no mercado (ou seja, operar delimitando), é tarefa complexa. Ela se trata tanto de proteger os significados dos artefatos em si quanto os do indígena que os produz, que nos centros urbanos tende a ser percebido como inapto para outra atividade. É a partir do estudo da atuação da Rede Indígena Porto Alegre, que se inicia no próximo capítulo, que se buscará compreender como essa iniciativa autônoma contribui para a proteção de aspectos subjetivos aos indígenas que operam na cidade.

6 A REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE

Neste capítulo, buscar-se-á apresentar alguns exemplos de ações indígenas desenvolvidas por esses povos para promover a garantia de recursos essenciais à sobrevivência em contexto urbano — agora também ameaçados pela pandemia de Covid-19 — e, principalmente, para lançar um alerta sobre o descaso geral com relação à situação das comunidades indígenas em contexto urbano. É também neste capítulo que é apresentada a Rede Indígena Porto Alegre, iniciativa autônoma de mulheres indígenas urbanas que busca garantir para membros de comunidades indígenas da Região Metropolitana da cidade recursos básicos para alimentação e higiene pessoal. Serão apresentadas as circunstâncias que motivaram o nascimento da Rede, bem como sua forma de atuação, seus ideais, objetivos e, assim, suas contribuições para com a causa do indígena urbano.

6.1 O INDÍGENA, A PANDEMIA E A BUSCA POR SOBREVIVÊNCIA

Como vimos anteriormente, os povos indígenas encararam, desde muito tempo, diversos desafios quando buscando defender seus territórios, culturas e identidades. A sociedade centrada no mercado pouco contribui para com essas comunidades e suas dificuldades — muito pelo contrário, apropria-se de sua força de trabalho e de suas produções e as deixa deslocadas, descaracterizadas e com poucos recursos para enfrentar os diversos desafios que diariamente as cercam. O atual cenário de pandemia de Covid-19, como destaca Marcos Mondardo (2020) em análise geográfica da situação de povos indígenas do Brasil frente a essa nova ameaça, somou-se à precária situação das comunidades indígenas no país, tanto para o indígena em território originário quanto para aquele em contexto urbano.

Para exemplificar os danos provocados pela pandemia sobre os povos indígenas no país, expõe-se aqui alguns dados numéricos. Embasado em pesquisa da FGV Social, Ricardo Marchesan (2020) relata que os povos indígenas foram aqueles mais afetados pela pandemia de Covid-19 no que diz respeito às condições

de trabalho e de renda. Conforme Marchesan, a taxa de ocupação dos povos indígenas caiu em 2,92% quando comparada ao primeiro trimestre do mesmo ano (2020). Essa queda para outros grupos, como o de pretos e brancos, foi de 2,87% e 1,1% respectivamente. A taxa de participação no mercado também caiu na comparação: 14,1%, enquanto para pretos, pardos, brancos e amarelos essa taxa foi de 9,3%, 9,8%, 7,2% e 6,8% respectivamente.

Diversas comunidades indígenas do país, visando a proteção da saúde de seus membros, aderiram ao completo isolamento social em suas terras, valendo-se de medidas de pouca ou nenhuma circulação nas cidades próximas, e principalmente de barreiras sanitárias nas entradas de suas terras. Em estudo realizado a respeito de práticas de cuidado mobilizadas por mulheres indígenas nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins durante a pandemia de Covid-19, especialmente no que se refere à alimentação, Horta *et al.* relatam:

O isolamento autônomo foi a primeira resposta à COVID-19 visível às indígenas que compõem as redes de relações deste estudo de caso. Nas aldeias, a diminuição da circulação pelas cidades, concomitante à intensificação dos fluxos pelos territórios, afetou as práticas alimentares e os atos de cuidados a elas associados. Nas cidades, mulheres indígenas cuja fonte de renda ancorava-se na venda de artesanato, ou em atividades informais como faxineiras e cuidadoras de crianças, perderam rapidamente a fonte de seu sustento. Nesses contextos, o que foi possível ou não comer se conecta com as relações entre aldeias e cidades, a autonomia ou dependência dos produtos não-indígenas, a possibilidade de abertura de roças e os hábitos alimentares antigos e recentes. (HORTA *et al.*, 2022, p. 9)

Para muitas comunidades, essa interrupção da circulação trouxe dificuldades, especialmente no que se refere a recursos de alimentação e higiene, e também à renda. A esse respeito, Norma Orjuela, membro do povo Tuyuka do rio Negro, discorre sobre os impactos das primeiras medidas sanitárias de combate à Covid sobre suas atividades familiares de agricultura:

Com o Decreto municipal nº 3 do dia 18 de março de 2020, que versou sobre a proibição da circulação de pessoas entre a cidade e as comunidades e a proibição da circulação do transporte público em razão da COVID-19, meus *parentes* optaram por ficar isolados no sítio na primeira semana. Estávamos com muito medo e preocupados porque, de acordo com os jornais, muitas pessoas já haviam falecido no Brasil e no mundo por conta de um vírus que ainda não tinha nenhuma possibilidade de cura. Então o desespero foi muito grande porque, apesar dos conhecimentos culturais para nos proteger das doenças, este vírus era uma novidade para todos nós. Quando o prefeito da cidade decretou a proibição de aglomerações, a reação inicial foi de preocupação, pois iria afetar a venda de nossos produtos agrícolas na feirinha e essa é a principal fonte de renda da nossa família. (ORJUELA, 2021, grifos no original).

Fica evidente, após o conhecimento das percepções e conceitos trazidos por Guerreiro Ramos a respeito do espalhamento da sociedade centrada no mercado, que a limitação de atividades e transações puramente comerciais e urbanas são agora também fatores suficientes para que grande parte dos povos indígenas brasileiros, também como membros dessa referida sociedade, tenham seus recursos de sobrevivência — normalmente garantidos através de renda — ameaçados.

6.2 A REDE INDÍGENA PORTO ALEGRE

Apesar de medidas como o auxílio emergencial e cestas básicas doadas pelo governo serem aplicadas em ajuda aos mais diversos povos indígenas em necessidade, especialmente em tempos de pandemia de Covid-19, elas têm se mostrado insuficientes. Muitos povos, em face da necessidade, buscam seus próprios meios para garantir o suprimento de recursos, através de iniciativas autônomas e com o apoio de lideranças indígenas. Fernanda da Costa (2020), em matéria veiculada pelo Jornal da UFRGS, traz à luz um caso de iniciativa indígena autônoma que nasce justamente em contexto urbano e de pandemia no ano de 2020, em Porto Alegre. A matéria retrata como as ativistas Alice Martins e Raquel

Kubeo, mulheres indígenas nascidas em contexto urbano, criaram, em março de 2020, uma rede de apoio emergencial para um coletivo de mulheres indígenas de comunidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, que até antes da pandemia vendiam pelas ruas da cidade confecções artísticas indígenas que produziam. A pandemia de Covid-19, inicialmente, restrições de circulação urbana, e dessa maneira a renda angariada com a venda dos artesanatos ficou extremamente comprometida, o que acarretou em dificuldade de obtenção de recursos básicos de sobrevivência, como alimentos, roupas, material de higiene, entre outros.

Alice Martins é mulher indígena nascida em contexto urbano, na cidade de Porto Alegre. Seu pai foi um dos primeiros conselheiros do orçamento participativo da zona leste do município, política pública criada há 33 anos¹. Ela expõe suas motivações para também atuar em causas sociais e étnicas:

Todo dia, quando eu acordo, sei que terei uma nova luta, porque o corpo da mulher indígena é um território ancestral e político. A gente vai crescendo e vendo os direitos negados, a desigualdade com os povos indígenas e com os negros. Por isso, senti uma forte necessidade de atuar também em movimentos que reivindicam território, moradia e direitos básicos e acessos que nos são negados. (JORNAL DA UNIVERSIDADE, 2020).

Raquel, por sua vez, é manauara originária do povo kubeo, e é também mulher nascida em contexto urbano, em periferia da capital do Amazonas. É formada em Pedagogia e veio para Porto Alegre para realizar seu mestrado em Educação na UFRGS. Ela faz parte do coletivo de alunos indígenas da universidade, e com eles luta por uma mudança da estrutura hegemonicamente branca da instituição². Raquel também colabora no Levante Indígena Urbano do RS.

¹ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mulheres-indigenas-criam-rede-para-apoiar-artesas-durante-a-pandemia/>

² Idem.

Em matéria da Brasil de Fato (2020), Alice cita as diversas motivações para a criação da Rede Indígena Porto Alegre. Relata, por exemplo, a ausência de políticas públicas que contemplem a criação de um centro de referência afro-indígena no estado do RS, o que acarreta na dificuldade do conhecimento das dificuldades pelas quais passam essas comunidades por parte de atores políticos, capazes de implementação de novas iniciativas mais abrangentes e efetivas. Ela também relata sobre a importância que teve a chamada Ocupação Baronesa, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre. O prédio e terreno, abandonados pela prefeitura do município, serviram para a criação de uma espécie de “território ancestral”³ urbano, no qual as mulheres indígenas artesãs, que saem diariamente de suas aldeias para a capital para trabalharem na venda de seus artesanatos, puderam se alojar e alimentar, poupando as dificuldades do longo itinerário.

No ano de 2019, entretanto, o referido prédio teve a posse reintegrada pela prefeitura e foi posteriormente demolido. Desamparadas sem um local para se abrigarem, as famílias que lá se encontravam migraram para outro imóvel abandonado há mais de duas décadas, o qual nos dias de hoje se tornou a sede do CRIA-RS (Centro de Referência Afro-indígena do Rio Grande do Sul). É a partir deste novo espaço que nasceu o trabalho com o grupo de mulheres indígenas artesãs.

No período pré-pandêmico, segundo Alice, o local acolhia mais de 10 artesãs por dia. Muitas vezes, os retornos financeiros de um dia de trabalho na cidade não garantiam sequer o valor da passagem de volta para suas comunidades, que na maioria dos casos fica a uma distância equivalente a 2 horas de viagem de ônibus. Nesses casos, o acolhimento dessas artesãs era realizado para que dificuldades fossem amenizadas. Além do acolhimento, no prédio também eram promovidas atividades de conversa, oficinas de cestaria e de medicina tradicional. No espaço também se davam articulações para a participação das artesãs em feiras,

³ Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/04/08/a-vulnerabilidade-das-comunidades-indigenas-diante-do-coronavirus>

que logo no início do ano de 2020 tiveram de ser interrompidas em razão da pandemia.

6.3 ATUAÇÃO DA REDE

A Rede Indígena atua com a intenção de garantir a obtenção de alimentação e de acesso a produtos de higiene para a proteção das comunidades indígenas junto das quais atua contra o Coronavírus. Para que esses objetivos pudessem ser alcançados, a Rede passou a realizar campanhas online de arrecadação de alimentos, materiais de higiene e agasalhos para a futura organização e distribuição de cestas básicas para membros de comunidades, como as das aldeias de Camaquã, Itapuã e Cantagalo, em Viamão.

A primeira arrecadação online, lançada em meados de 2020 e encerrada no mês de maio do mesmo ano, juntamente com o recebimento de doações de recursos na própria sede do CRIA-RS, pôde proporcionar a entrega de mais de 600 cestas básicas por parte da Rede Indígena⁴. O cenário pandêmico na metade daquele ano não mostrava nenhum indício de estabilidade ou melhora, então uma segunda campanha de arrecadação foi logo lançada, com término previsto para o final do mês de agosto.

Os recursos financeiros arrecadados através da segunda campanha, entretanto, não foram destinados apenas à compra de recursos de sobrevivência para as comunidades atendidas pela Rede. Uma tempestade no início de julho de 2020 agravou antigos problemas no telhado da sede do CRIA-RS, e parte do dinheiro foi destinado aos necessários reparos⁵. Ademais, segundo matéria do Sul

⁴ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mulheres-indigenas-criam-rede-para-apoiar-artesas-durante-a-pandemia/>

⁵ Idem.

21⁶, num período equivalente a pouco mais de um mês, nos dias 27 de novembro de 2020 e 5 de janeiro do ano seguinte, a sede do CRIA-RS teve o abastecimento de água cortado. Alice afirma que o corte ocorreu a partir de uma denúncia do MP do RS. Na época, a sede abrigava 12 pessoas.

As arrecadações e entregas de recursos básicos de alimentação e higiene, realizadas com frequência mensal pela Rede, têm se destinado essencialmente às artesãs das comunidades M'byá e Kaingang da região metropolitana de Porto Alegre, mas também têm sua parcela destinada a comunidades quilombolas, como a Santa Luzia do bairro Cascata, em Porto Alegre, além de pessoas em situação de rua, recicladores e guardadores de carro. Alice afirma que procura apoiar a todos os que chegam ao CRIA solicitando ajuda, que “somos todos irmãos e sofremos violações diariamente” e que juntos, tecendo redes de apoio, devemos “cobrar o que nos é negado” (JORNAL DA UNIVERSIDADE, 2020).

A Rede Indígena Porto Alegre, além das arrecadações de recursos básicos para alimentação e higiene dos membros das famílias indígenas da região metropolitana, também organiza e promove outros tipos de atividades de apoio a essas comunidades, buscando dar a seus membros lugares de destaque e o espaço para voz. Como exemplo, em outubro de 2021, um *podcast* elaborado pelo CRIA-RS foi lançado na plataforma de vídeos *YouTube*, através do qual Alice conta sua trajetória como mulher indígena urbana, relatando seu cotidiano de lutas, sejam elas pela sobrevivência ou contra o desamparo estatal, assim como o preconceito e racismo que recai sobre os povos indígenas, especialmente sobre aqueles em contexto urbano⁷. Num segundo episódio⁸ do *podcast*, Kerexu Gimenes e sua filha, Camila Gimenes, artesãs que fazem parte do núcleo de artesãs do CRIA-RS e da aldeia de Água Grande, Camaquã, expõem aspectos das atividades artesanais que desenvolvem em seu cotidiano. A intenção da criação do *podcast* é dar espaço e

⁶ <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/01/centro-de-referencia-afro-indigena-luta-para-manter-direito-a-acesso-a-agua/>

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4AfrexDY8zg>.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fNFuKwvQWsg>.

voz às vivências e experiências das artesãs e demais membros da comunidade do CRIA-RS.

No que diz respeito à venda de artesanatos, a Rede promoveu a chamada Feira de Cultura Ancestral, divulgada em sua página no *Instagram* em dezembro de 2021. A feira aconteceu na sede do CRIA-RS e consistiu em um evento que contou com a exposição de artesanato ancestral Guarani, produzido pelas mulheres artesãs da comunidade do CRIA. A intenção da Feira foi a de dar espaço às mulheres artesãs e de promover seus trabalhos, ao mesmo tempo em que os retornos financeiros das atividades de vendas pudessem auxiliá-las a garantir recursos para sua sobrevivência.

A dificuldade para se obter espaço para a exposição de arte indígena, relata Raquel em entrevista ao *Jornal da Universidade* (2020), tem sido grande. Segundo ela, existe um escasseamento de editais com vagas para artes indígenas no setor cultural. Além do mais, existe uma preocupação no que se refere ao efetivo recebimento por parte das artesãs dos auxílios distribuídos pelo governo, como o proveniente da lei Aldir Blanc (destinado a artesãos profissionais que perderam sua renda devido aos problemas da pandemia de Coronavírus) e o próprio auxílio emergencial. Raquel também relata a falta de amparo da Funai e da Sesai em relação ao indígena que se encontra na cidade.

Objetivando proporcionar maior apoio da venda das artes produzidas pelas artesãs da comunidade amparada pela atuação da Rede, o CRIA-RS criou, no início de 2021, uma loja de artesanatos indígenas. Divulgada através de sua própria página no *Instagram*, a chamada Artes Cobra Coral reúne os diversos tipos de artesanatos fabricados pelas artesãs Guarani e M'byá do CRIA-RS. Os produtos, expostos online, são cestos fabricados a partir de fibras de taquara e cipós, sinos, colares, esculturas em madeira e também maracás, instrumentos musicais indígenas. Os produtos expostos são fabricados tanto pelas artesãs indígenas aldeadas como pelas urbanas.

6.4 AS CONTRIBUIÇÕES DA REDE NA CAUSA DO INDÍGENA URBANO

Apesar das dificuldades e limitações citadas na seção anterior, o impacto da atuação da Rede Indígena em amparo às comunidades de Porto Alegre e de sua Região Metropolitana é notável. Com campanhas de arrecadação e entregas de frequência mensal, Alice estima⁹ que cerca de 3 mil pessoas já foram beneficiadas pelas distribuições da Rede, entre elas membros das famílias Guarani M'byá da aldeia Pindó Mirim, dos Ka'a Mirindy de Camaquã, e diversas outras da Cantagalo, Itapuã e Lami. É exatamente através da distribuição de cestas básicas, da promoção de feiras de artesanato indígena e também do acolhimento que a Rede oferece para as artesãs que se locomovem para a cidade para trabalhar que a Rede busca garantir a sobrevivência física do indígena urbano na cidade.

Vinculadas às feiras para venda de artesanato, outras iniciativas da Rede têm buscado mais do que a garantia de recursos financeiros para o suprimento de necessidades básicas. O *podcast* objetiva trazer à luz aspectos do dia a dia das mulheres artesãs — a partir de seus próprios relatos — amparadas pela Rede, de modo que possam compartilhar suas vivências no que diz respeito a ser indígena e trabalhar na cidade. Os relatos são compartilhados também no idioma original guarani, uma vez que algumas das artesãs amparadas pela Rede pouco ou não falam o português. Através da apresentação desses aspectos, tanto do cotidiano das artesãs como do uso de idiomas originais, a Rede busca vincular um modo de vida indígena aos eventos culturais e aos artesanatos que promove.

A loja Artes Cobra Coral, especialmente em sua forma online, é vista como geradora de enorme impacto positivo no amparo às artesãs da comunidade do CRIA-RS no que se refere à atividade comercial de artesanatos, especialmente por dois motivos. O primeiro é o fato de intermediar a venda de artesanatos —

⁹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/03/cacica-cria-rede-de-ajuda-a-mulheres-indigenas-afetadas-pela-pandemia-no-rs.htm>

especialmente aqueles produzidos por mulheres indígenas aldeadas — nos centros urbanos, proporcionando a elas a diminuição ou até mesmo a eliminação das dificuldades do deslocamento entre a aldeia e o centro da cidade, e ao mesmo tempo permitindo grande visibilidade aos seus trabalhos. O segundo motivo é o fato de a loja não simplesmente expor as confecções de modo que elas corram o risco de serem tratadas como simples mercadorias à venda, mas sim trabalhos produzidos a partir de uma grande rede de significados. A exposição das confecções é acompanhada de explicações a respeito de seus usos e significados, pelo nome das etnias das artesãs que as confeccionaram, a exemplo da Guarani Mbyá, e também pelos métodos e materiais empregados no trabalho, como o tipo de tingimento e a origem das tinturas (normalmente naturais, extraídas de frutos e plantas) e a utilização de diferentes fibras de madeira (como as de taquara e de cipó) para a produção dos cestos.

O CRIA-RS, lançando iniciativas como a Rede Indígena Porto Alegre, tem lutado para vencer as adversidades e para proporcionar à comunidade atendida melhores condições de vida, seja através das arrecadações e distribuições de alimentos, como também das rodas de conversas, dos cursos de cestaria, de medicina natural, de palestras, de participação em movimentos políticos, de realização de feiras de artesanatos, de confraternizações e dos mais diversos tipos de atividades que ensejam a resistência unida e multiétnica de minorias desamparadas na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana. A Rede, portanto, tem buscado amenizar as investidas do mercado — características dos centros urbanos — sobre os modos de vida tradicionais dos membros das comunidades indígenas que ampara. As diversas medidas de apoio promovidas pela Rede, como a loja Artes Cobra Coral, que busca garantir maior visibilidade e principalmente maior significado ao trabalho das artesãs e ao mesmo tempo poupá-las de muitas das dificuldades inerentes ao trabalho (extenso deslocamento e longas horas de exposição nas ruas); como o *podcast*, que objetiva expor a realidade do cotidiano das artesãs e ao mesmo tempo vincular essa realidade à produção de artesanatos, simultaneamente proporcionando voz aos membros dessas comunidades e

exaltando suas características culturais, como o próprio uso do idioma original falado nas aldeias; como a promoção de feiras autônomas, que buscam garantir maior espaço e melhor tratamento da exposição do trabalho indígena nas cidades; todas são medidas que trabalham num esforço delimitativo, que por sua vez busca impedir que características subjetivas às culturas indígenas sejam apagadas pelas transformações operadas pelo mercado em contexto urbano.

7 A REDE, O ARTESANATO E A CIDADE: UMA ANÁLISE

A intenção deste capítulo é, a partir do conteúdo até então apresentado a respeito da Rede Indígena Porto Alegre, do artesanato indígena e do mercado como centro das relações econômicas e sociais, relacionar e então analisar os três temas. Serão exaltadas a importância e a limitação — explicando suas razões — da atuação de iniciativas autônomas como a Rede Indígena e também os fatores que ensejam e ao mesmo tempo restringem o indígena urbano a atuar como artesão nas cidades. Em seguida, serão explorados fatores econômicos, políticos e sociais que constroem o cenário de dificuldades que o indígena enfrenta quando em contexto urbano. Por fim, serão apresentados — a partir de estudos sobre o tema e incluindo exemplos práticos — possíveis caminhos para que a construção de melhorias em relação ao tema possa ter início.

7.1 A REDE E O ARTESÃO INSERIDOS EM CONTEXTO URBANO

As iniciativas de apoio aos povos indígenas têm como parte de seu cotidiano a luta por resistência, seja ela física ou cultural. Na maioria das vezes, frente ao desamparo legal e estatal e a diversos ataques extrativistas, industriais, étnicos e de outros tantos teores que são aplicados sobre os povos indígenas do Brasil, tais iniciativas são as únicas fontes de esperança de dias melhores para os membros dessas comunidades.

A Rede Indígena Porto Alegre produz, a partir de sua incansável atuação e notável abrangência, um amparo comunitário de grande valor. São ativistas, indígenas urbanas que lutam diariamente para proporcionar o amparo necessário aos membros de comunidades indígenas da capital e de sua Região Metropolitana, que vivem ou vêm à cidade diariamente para trabalhar como artesãos. Oferecendo a eles abrigo, promovendo feiras, dando-os espaço e voz a partir de suas inúmeras iniciativas, a Rede busca não apenas garantir a sobrevivência físicas dessas

comunidades, mas também amenizar defender suas características subjetivas frente aos impactos que o ambiente urbano e o mercado causam sobre elas.

É necessário reconhecer, entretanto, que a Rede, a partir de suas inerentes limitações como uma iniciativa social autônoma, ela própria também desassistida no que se refere a incentivos legais e municipais para sua atuação e à garantia de recursos básicos para uma melhor recepção e amparo aos membros das comunidades que atende, lida com enormes barreiras que impedem uma mudança no modo geral como são recebidos e amparados os indígenas na capital. A Rede, portanto, enfrenta dupla limitação: a interna e a externa — esta última formada pela combinação de fatores econômicos, políticos e sociais (que serão explicados a seguir) desinteressados e desatualizados que promovem a perpetuação de problemas que já deveriam há muito terem sido abordados, trabalhados e resolvidos.

Parte da construção deste cenário de desamparo se deve à pouca atenção conferida pelos atores políticos urbanos à essas comunidades. Isso acarreta dificuldade no processo de efetivação de direitos, principalmente, segundo Jesus (2017), devido a dois fatores. O primeiro deles se refere à manutenção administrativa da população indígena. Segundo o autor, os povos indígenas que se encontram em contexto urbano, para o Poder Público, se encontram em um limbo jurídico, ou seja, é constatada a ausência de amparo legislativo para com esses povos, especialmente quando deslocados de seus territórios originais. O segundo fator se trata de uma estereotipagem reproduzida por parte da sociedade de forma geral, que muitas vezes entende que o indígena na cidade não se trata de um problema e que, por isso, ele não deve usufruir de acesso a direitos específicos (JESUS, 2017).

A outra parte, como exposto anteriormente, se deve aos efeitos causados pelos sistemas sociais centrados no mercado. Neles, o indígena tende a ser percebido como em posição de deslocamento, como um “desaldeado”, fora de seu ambiente original, especialmente porque, nos ditames desse novo ambiente, o

indígena não possui pré-requisitos profissionais para adequação ao mercado. Assim, sua recepção no contexto urbano não se dá como se desejaria. Esta recepção, dessa forma, é permeada por entraves econômicos, políticos e sociais que operam como impeditivos no que se refere à geração de alternativas dignas para o indígena urbano, que não sejam a da sua ocupação como artesão.

Devemos, entretanto, levar em consideração o fato de que a atividade de produção artesanal para a venda por parte do indígena não é facilmente classificada no sentido de ser intrinsecamente benéfica ou maléfica, vantajosa ou não. Jesus (2017), por exemplo, entende que a produção artesanal indígena para a comercialização possui um papel importante no que diz respeito à afirmação cultural desses povos, tornando-se essa prática uma forte manifestação cultural, especialmente quando ela se dá em ambientes como os centros urbanos. O autor afirma que a produção artesanal transgride à racionalidade tecnológica e à lógica da produtividade inerente à economia industrial, dessa forma operando como uma transmissão cultural (JESUS, 2017, p. 353). Em contraste, entretanto, Berta Ribeiro (1983) menciona um fato relatado por Fénelon Costa, pesquisadora que estudou, em 1956, os efeitos do desenho de tema livre entre crianças indígenas Karajá e do alto Xingu. Os desenhos, recebidos pela pesquisadora, representavam os mais diversos aspectos do dia a dia das tribos, e Fénelon constatou que as crianças ficavam mais motivadas a assistir as aulas de alfabetização quando a prática do desenho livre estava no programa do dia. Porém, quando solicitados a desenhar livremente, os indígenas adultos deixavam de fazê-lo, especialmente por preferirem ocupar seu tempo de lazer na confecção de objetos artesanais para a comercialização, considerando, assim, “fútil” e “desprovida de utilidade específica” a prática do desenho livre (RIBEIRO, 1983, p. 22).

A origem deste conflito é indiretamente explicada por Guerreiro Ramos (1989). O autor entende, como citado anteriormente, que mesmo as categorias de produção que garantem sua própria sobrevivência (como camponeses ou como o próprio caso de alguns indígenas ditos aldeados), através da prática de atividades

de plantação e pesca, têm a produtividade de suas atividades desconsideradas pelo mercado, justamente pelo fato de seus produtos não serem comercializados. Muitos dos indígenas contemporâneos, ambos aldeados ou em contexto urbano, já tiveram seus territórios originais desapropriados (especialmente devido a atividades industriais e/ou extrativistas, que agora os ocupam para gerar produtos ou serviços comercializáveis), restando-os poucos espaços de terra, não demarcados ou homologados por legislação federal, e ainda por cima muitas vezes inóspitos e inférteis. O que lhes resta, assim, é seguir as regras do mercado e produzir (ou sobreviver) a partir de seus moldes. São exatamente essas distorções, forçadas pela presença do mercado em diversos âmbitos da vida humana, que acabaram por transformar em trabalho árduo a confecção de artesanatos para a comercialização em centros urbanos, confecção esta que antes constituía prática cultural de caráter ecológico, educativo, ritualístico e de auto atualização dos membros de comunidades indígenas.

Observado o problema de pontos de vista diferentes, fica entendido que ao mesmo tempo em que, na condição de artesão comerciante, o indígena encontra “um meio de autoafirmação e resistência à sua marginalização em políticas públicas e leis e à sua invisibilidade em movimentos sociais” e contribui para com a “valorização da multiplicidade de expressões culturais” (JESUS, 2017, p. 353), ele é ao mesmo tempo, como indígena urbano, prisioneiro desta mesma condição. O indígena urbano trabalha como artesão por poder dessa forma “exercer uma atividade a que está habituado e que faz parte de seu patrimônio cultural” (RIBEIRO, 1983, p. 14), transmitido ao longo de gerações, e que o permite, a certo nível, manter sua identidade cultural em outro sistema — podendo nele buscar maior adaptação —, mas também por ser essa a única opção de interesse que sociedade centrada no mercado está disposta a oferecer-lo. O público cidadão cobiça o artesanato indígena como “bem suntuário, principalmente por seu exotismo, por seu caráter de manufatura *stritu sensu* de sabor primitivo e ingênuo” (RIBEIRO, 1983, p. 14, grifos no original), possibilitando assim ao artesão que concretize seus propósitos de manifestação cultural, mas ao mesmo tempo não o permite garantir

uma segurança financeira devido ao “pagamento irrisório que [este] recebe pelos seus produtos” ou que receberia em outros tipos de ocupação que geralmente lhe é oferecida, especialmente como trabalhador braçal ou “empregados de ínfima categoria nos empreendimentos regionais” (RIBEIRO, 1983, p. 14).

Uma mudança deste cenário depende de alterações em modos já enraizados de operar de percepções políticas e sociais. Essas mudanças, entretanto, não devem ser mudanças unilaterais, como por exemplo as dos governos, aos quais as causas da maioria dos problemas de qualquer espécie são creditadas; mas de todos os atores sociais que detêm, mesmo que minimamente, a capacidade de interferir positivamente na causa do indígena urbano.

7.2 O CENÁRIO ATUAL: ORIGENS E NOVOS CAMINHOS

No que se refere às causas políticas da situação atual do indígena urbano no Brasil — é notável —, predomina o fato de que a abrangência do amparo legal e de suas efetivas práticas de apoio a esses povos é insuficiente. Kárine Guirau e Caroline Silva, em estudo a respeito da base legal brasileira de proteção aos direitos de povos indígenas, apontam algumas das principais políticas públicas de proteção, de origem nas três esferas de governo:

Como exemplos temos, em âmbito federal, a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI – órgão específico ligado diretamente ao Ministério da Saúde para implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, em âmbito estadual, temos Programa Moradia Indígena da CDHU, programa que visa à construção de habitações sociais indígenas e, por fim, em âmbito municipal, temos o Centro de Educação e Cultura Indígena da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo, o CECI que conta com 3 centros de educação distribuídos pelas três Terras Indígenas Guarani Mbya no município de São Paulo. (GUIRAU; SILVA, 2013).

As políticas citadas operam efetivamente em suas esferas, porém existe um fator preocupante em comum entre elas: seu amparo não se estende aos povos indígenas que vivem para além dos limites das Terras Indígenas, homologadas por legislação federal (GUIRAU; SILVA, 2013). As autoras afirmam que as CASAI (Casa de Saúde do Índio) atuam — assim como se dá nas unidades de atendimento da SESAI existentes em centros urbanos — em casos específicos, de maior complexidade, e que envolvem a distribuição de medicamentos controlados. Em casos contrários, aos indígenas é instruída a busca por atendimento do SUS. No que se refere ao CECI, política pública municipal de educação, o caso se assemelha, pois o projeto é restrito às aldeias demarcadas do povo Guarani Mbya de São Paulo. Dessa forma, mais uma vez, é constatado que o amparo legal e estatal oferecido tem pouca abrangência, especialmente quando, segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010, a população indígena vivendo em centros urbanos no Brasil ultrapassa o número de 324 mil pessoas, de um total registrado de 896 mil.

Fundamental para uma mudança e aumento da abrangência de políticas públicas, não se pode deixar de compreender nem perder de vista, como citado por Guirau e Silva (2013), a existência de uma transformação no modo de vida do indígena que migra para os centros urbanos, não podendo mais ele ser observado a partir de uma visão estática — que costuma compreender tais povos como figuras históricas de culturas e modos de vida imutáveis —, em um tempo e espaço já há muito transformados. É necessário que os diversos atores políticos e sociais com capacidade de intervir na causa do indígena urbano busquem verificar a abrangência de políticas públicas de amparo a esses povos, compreendendo quais são seus pontos fracos de atuação (como, por exemplo, o amparo no âmbito da saúde e na garantia de moradia para aqueles que tiveram suas terras desapropriadas), utilizando-se, principalmente, de práticas que ensejem a participação desses povos na própria construção de tais políticas, pois são eles que se veem forçados a mudar seus modos de vida a partir de pressões externas. Somente assim será possível trabalhar exatamente sobre os problemas específicos

deste cenário, expostos exatamente por aqueles que os encaram diariamente. Tais problemas têm suas resoluções necessárias para a construção e avanço de uma “política indigenista assentada no protagonismo e no respeito à diversidade indígena” (GUIRAU; SILVA, 2013, p. 14-15).

Por último, mas sem dúvida igualmente importante — e talvez até operando como o propulsor principal de uma transformação no cenário da vida de povos indígenas em contextos urbanos —, estão os aspectos sociais, especialmente aqueles que se referem à presença e ao ensino de temáticas indígenas em instituições de ensino do país. Sobre eles, alguns fatos devem ser levados em consideração.

Para início, em 2008, entra em vigor a Lei nº 11.645, objetivando a garantia da presença da temática das culturas indígenas (bem como as de origem africana) na rede pública e privada de escolas do Brasil. Esta iniciativa do Governo Federal, sem dúvidas, foi essencial no sentido de proporcionar a todos que passam pela escola o conhecimento da diversidade cultural do país de suas inúmeras contribuições. Existe, entretanto, na lei referida, uma sintetização de aspectos a serem estudados nas escolas, e o destaque vai para aqueles abrangidos pela história do país, especialmente no que se referem à importância desses povos na “formação da população brasileira” e na “formação da sociedade nacional” (BRASIL, 2008). De maneira alguma essa perspectiva deve ser diminuída ou ignorada. O que se quer dizer é que, em tempos contemporâneos, e dadas as transformações de modo de vida e de culturas dessas comunidades, um estudo limitado ao período colonial do país não proporciona aos estudantes o conhecimento atualizado da realidade e dos problemas enfrentados por povos indígenas do Brasil. Tais limitações permitem que se perpetue um desconhecimento sobre aspectos atuais do modo de vida dessas comunidades, especialmente daqueles em contexto urbano, e, mais uma vez, a percepção estática de tais culturas atua como entrave ao desenvolvimento e geração de melhorias. Exemplo disso são as percepções distorcidas da realidade, geradoras de preconceitos, relatadas por Jesus (2017), mencionadas anteriormente.

Para além disso, existe ainda o problema da implementação de fato do tema de ensino nas escolas. Bergamaschi e Gomes (2012) constataam que professores, quando questionados a respeito do conhecimento da Lei nº 11.645, afirmam “conhece-la pelos meios de comunicação, pois uma discussão mais séria ainda não havia sido implementada no espaço escolar” e que reclamam que, com a “falta de informações e materiais” e de estudos aprofundados, “o trabalho acaba sendo baseado nas suas experiências, ainda muito escassas em relação ao tema” (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p. 58).

Iluminando um caso inspirador, as autoras destacam o trabalho de ensino da temática indígena em uma escola municipal de Porto Alegre. Nela, professores realizam extensas e profundas pesquisas a respeito de história e cultura Kaingang para posteriormente ensiná-las aos alunos. Mas não se trata somente disso: foi criado um projeto relacionado à cerâmica indígena, através do qual saberes são trocados entre professores e membros da comunidade Kaingang a respeito de técnicas e materiais utilizados na produção. O projeto proporcionou aos alunos visitas à aldeia Kaingang do Morro do Osso, em Porto Alegre, assim como a circulação dos membros dessa comunidade na escola. Segundo as autoras, “essa convivência faz com que os professores busquem materiais que retratem de forma mais atualizada e respeitosa a temática indígena” (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p. 58).

O que tem impedido, portanto, uma mudança impactante no retrato do indígena urbano como na maioria dos casos se dá, ou seja, pobre, desamparado e invisibilizado, é a combinação dos fatores econômicos, políticos e sociais explicados. A ausência de efetivas práticas políticas, especialmente as participativas, que abordem especificamente as distintas necessidades do indígena em contexto urbano, tendem a desampara-lo. A consequente má adequação do mercado e dos centros urbanos no que se refere à recepção de comunidades indígenas e seus membros, limitando-os à condição de artesãos — fornecedores de produtos exóticos — ou trabalhadores braçais, invariavelmente mal remunerados, jogam-nos à condição de pobreza. Por fim, mas a maior raiz do problema, o ensino desatualizado

da temática indígena nas escolas, caracterizado pela imagem estática desses povos como atores com papel unicamente histórico e de construtores coloniais do que hoje vem a ser o Brasil, acaba por invisibilizá-lo em suas condições atuais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da presença indígena em contextos urbanos, suas origens, seus aspectos e os fatos que dela decorrem logo se apresenta como tarefa complexa. Não existe uma única causa que motiva a migração do indígena de suas terras originais para os centros urbanos, embora este estudo tenha abordado essencialmente aquelas de caráter econômico e industriais, promovidas pela influência do mercado. As mudanças no modo de vida do indígena não se resumem a este, uma vez na cidade, ter de encontrar trabalho e garantir renda para a sobrevivência; essa é apenas uma das inúmeras transformações culturais e sociais que o processo de migração aplica sobre ele. A venda de artesanatos, como foi exposto, não se trata apenas de uma apropriação de produtos de culturas ancestrais por parte de terceiros, assim como também não é somente autoafirmação e transmissão cultural para além das aldeias. Quando o tema é o indígena em contexto urbano, nenhum caminho é tão certo que não exista outro, de equivalente importância e contribuição, que se apresente. Em um ponto, entretanto, os diversos caminhos convergem: o modo de vida que a maioria dos indígenas leva na cidade pode ser melhorado.

Este trabalho buscou, inicialmente, apresentar os problemas que a influência do mercado tem causado nas sociedades modernas e contemporâneas. Espalhando seus ditames e, assim, seu domínio não só nos ambientes de produção comercial e de trabalho (ou seja, no ambiente econômico) mas, como foi exposto, em praticamente todos os ambientes da vida humana, o mercado deixa de ser apenas um ator dos sistemas econômicos e passa a ser “a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais” (RAMOS, 1989, p. 140). Existe então, a partir daí, a necessidade que Guerreiro Ramos percebe de defendermos aquilo que nos é substantivo, ou seja, aquilo que é essencial ao nosso bem viver pessoal contra a penetração do mercado, que tende a transformar, para além das organizações, as relações sociais em relações mecanomórficas, operacionais, que visam somente a

contribuição com a produção de riqueza e, dessa forma, desprovidas de caráter substantivo.

É em meio a este cenário que encontramos o indígena urbano, já por inúmeras razões (mas especialmente em consequência de pressões industriais e extrativas) levado a mudar seu modo de vida. É nos (e aos) centros urbanos que ele precisará se adaptar, especialmente frente ao desamparo político e social com os quais é recebido. Fato é que o mercado dita suas regras e demanda de todos, independentemente de suas origens e das circunstâncias com as quais lidaram em seus dias, igual adequação para operação: estudo adquirido em instituições e formação profissional. Muitas vezes desenquadrado destes requisitos, ao indígena urbano são dadas poucas opções de ocupação, mas especialmente as de trabalho braçal. Neste ambiente, e frente ao desamparo estatal e legal para com o indígena “desaldeado”, como vimos, ele tende a buscar na atuação como artesão um equilíbrio entre seus conhecimentos, capacidades e habilidades com a necessidade que agora lhe é imposta de produzir e vender para sobreviver.

Existe, a partir daí, um grande debate no que diz respeito à comercialização de artesanatos indígenas para o mercado. Autor relacionado ao tema do artesanato do indígena urbano, Jesus (2017), entende que a prática do artesanato para comércio nas cidades não se resume ao caráter utilitarista do processo, ou seja, da garantia de renda, mas sim que opera como um meio de resistência cultural para o indígena, que dessa forma pode promover sua autoafirmação em meio a atores e fatores sociais que tendem somente a invisibilizá-lo, além de contribuir dessa forma para com a multiplicidade cultural da cidade (JESUS, 2017).

Berta Ribeiro (1983), por outro lado, através de trabalho que confronta o artesanato “para dentro” com o “para fora”, ilumina um ponto de vista distinto. A autora defende que o artesanato “para dentro” — aquele produzido por e para as comunidades indígenas — tem valores ritual-religiosos, educativos, socializadores, estilísticos, estéticos e ecológicos (RIBEIRO, 1983). Uma vez postos à disposição do

público citadino, que agora os conferem preço baseado em suas percepções de exotismo e valor comercial, tais produtos, produzidos agora “para fora”, tendem a perder seu caráter intrínseco de significados e se transformam em mera moeda de troca para o mercado, passando a partir desse momento a beneficiar unicamente os aquisidores da arte.

O indígena em contexto urbano não enfrenta neste ambiente apenas os problemas referentes a transformação cultural inerentes à comercialização de artesanatos. Problemas políticos e sociais, como visto, também são entraves à sua manutenção de vida. Os de caráter político tendem a ter origem na limitação de abrangência de políticas públicas de amparo ao indígena em contexto urbano. Iniciativas como a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), o Programa Moradia Indígena e o CECI (Centro de Educação e Cultura Indígena), citadas por Guirau e Silva (2013) são programas que cumprem com seus objetivos de atuação em relação aos indígenas em terras demarcadas, mas, como a grande maioria dessas iniciativas, a eles se limitam. A ausência de políticas que contemplem o indígena em contexto urbano, fora de suas terras originais, é um dos fatores que se torna entrave no que se refere ao desenvolvimento de melhorias para esses povos.

Os problemas de caráter social se referem especialmente às limitações dos estudos oferecidos em instituições de ensino, especialmente na rede escolar do país. Apesar de instrumentos legais incentivarem o estudo das temáticas indígenas na escola, a sua implementação e profundidade ainda se apresentam insuficientes. O tema geralmente é abordado a partir de percepções estáticas dos povos indígenas do país, especialmente quando vistos apenas como personagens coloniais e contribuintes da construção da diversidade étnica e cultural do país. Esses aspectos são importantes, mas a realidade atual dessas comunidades, especialmente as que têm seus membros vivendo em contextos urbanos e que enfrentam diariamente os problemas já citados, é pouco explorada nos estudos, quando não desconhecida.

A Rede Indígena Porto Alegre atua exatamente no cenário construído a partir desses fatores. Liderada por Alice Guarani, mulher indígena urbana, a comunidade multiétnica formada pela Rede busca, através do apoio de doações, suprir as necessidades básicas de comunidades indígenas que vivem na Região Metropolitana de Porto Alegre, mas especialmente as das artesãs que atuam na comercialização de suas confecções na cidade e nela encontram dificuldades. A Rede, portanto, garante, através da distribuição de recursos básicos que recebe de doações, do apoio e promoção das confecções das artesãs, bem como através do acolhimento que a elas oferece em sua sede, a sobrevivência física dos membros das comunidades indígenas que ampara em contexto urbano.

Para além dos recursos básicos, a Rede se propõe a lançar um alerta: os povos indígenas em contexto urbano vivem uma diária e constante luta. Alice afirma, se referindo às comunidades indígenas que vivem nas cidades: “ou somos mortos pela cultura, por não poder ser quem somos, por etnocídio, ou de fome, pelo descaso do Estado”¹⁰. Com o objetivo de ampliar a sua atuação e elevá-la a um nível de garantia de sobrevivência cultural desses povos, a Rede promoveu iniciativas como o *podcast*, no qual as próprias artesãs contam (em português e no idioma guarani) aspectos de seu cotidiano na confecção e comercialização de produtos, bem como as dificuldades inerentes ao processo. A loja Artes Cobra Coral, além de favorecer a ampliação da exposição os trabalhos das artesãs, traz junto de cada produto exposto informações sobre seu significado, sobre a sua comunidade indígena de origem, além de aspectos sobre os materiais e métodos utilizados em sua confecção. A promoção de feiras autônomas de artesanatos indígenas, uma vez que as artesãs também têm encontrado dificuldades em participar de exposições de maior escala organizadas pelos municípios, dá às artesãs espaço próprio e digno de trabalho. É através destas medidas que a Rede tem promovido a defesa dos aspectos culturais dos povos indígenas que se encontram em contexto urbano.

¹⁰Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mulheres-indigenas-criam-rede-para-apoiar-artesas-durante-a-pandemia/>.

A atuação da Rede, assim como a do CRIA-RS, é uma força comunitária que parte diretamente para o atendimento de aspectos elementares, essenciais à sobrevivência do indígena na cidade, infelizmente ainda pouco ou não atendidos. O que tem se observado é que o problema da sobrevivência física do indígena em contexto urbano é tão grande quanto o da sua sobrevivência cultural. A Rede ampara as artesãs da Região Metropolitana pois a atividade de comércio ainda é a que, em certo nível, as garante renda. Uma vez que esta é uma das atividades que tem origem ancestral e que serve também como uma maneira de interação do indígena com o mercado, a Rede decide por não permitir que ela seja apenas uma atividade utilitária para garantia da sobrevivência física, e assim a atrela a uma rede de significados, de vozes e de modos de vida que existem por trás da confecção dos artefatos, visando, dessa forma, também a garantia da sobrevivência cultural indígena em um novo ambiente e frente a novos desafios.

As inadequadas percepções e recepção do indígena urbano nas cidades, no que diz respeito a sua defesa cultural, a sua dignidade e aos papéis que desempenha nesses ambientes, é resultado do somatório dos já citados fatores econômicos de mercado, da expansão industrial e conseqüente desterritorialização original, de desamparo político de atuação efetiva, e de desconhecimento geral no que se refere aos problemas atuais que cercam essas comunidades. As mudanças que vêm a colaborar com a melhoria deste cenário devem partir do desenvolvimento de políticas públicas que atuem especificamente em prol desses povos, de preferência, como indicam Guirau e Silva (2013), que contem com a participação dos próprios membros dessas comunidades em suas formações e atuações, o que tende a proporcionar maior precisão no atendimento de aspectos ainda desamparados. Na rede escolar, o oferecimento de ensino mais atualizado e realista a respeito do indígena e os aspectos que caracterizam suas vidas nos tempos contemporâneos também é pilar fundamental no que se refere às melhorias, especialmente na formação de futuros atores sociais, dotados de consciência dos reais problemas enfrentados pelo indígena em urbano, estando eles assim significativamente melhor preparados para contribuir e atuar no amparo efetivo a essas comunidades.

O que este estudo enseja, por fim, é um olhar carregado de realidade a respeito dos desafios enfrentados por uma iniciativa indígena da cidade de Porto Alegre. Buscou-se apresentar os entraves que são postos sobre a atuação da Rede por diversas variáveis, desde os problemas físicos estruturais de sua sede até barreiras econômicas, políticas e sociais que limitam tanto sua ação de auxílio quanto sua visibilidade. Contra as inúmeras adversidades que foram apresentadas ao longo deste estudo, entretanto, a Rede como iniciativa autônoma é a tradução em forma de ação da forte resistência dos povos indígenas. Espera-se que a visão apresentada por este trabalho possa motivar, a partir de estudos mais aprofundados, novas, mais abrangentes e mais efetivas ações de políticas públicas e de iniciativas de colaboração capazes de mudar o modo precário como hoje o indígena urbano em geral vive em nossas cidades, a ele permitindo, ao mesmo tempo em que interage com novos sistemas e ambientes, manter os aspectos culturais que lhe são significativos e que constroem sua identidade.

REFERÊNCIAS

A COVID-19 e os povos indígenas: desafios e medidas para controle do seu avanço. **ABRASCO**, 21 março 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/a-covid-19-e-os-povos-indigenas-desafios-e-medidas-para-controle-do-seu-avanco/45866/>.

Acesso em: 12 mar. 2022.

A VULNERABILIDADE das comunidades indígenas diante do coronavírus. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 8 abril 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/04/08/a-vulnerabilidade-das-comunidades-indigenas-diante-do-coronavirus>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BENELLI, Silvio José. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: **O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 263-315. ISBN 978-85-6833-475-1. Available from: doi: 10.7476/9788568334751. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yzs9w/epub/benelli-9788568334751.epub>.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 53-69, jan/abr 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 3 set. 2022.

CACICA cria rede de ajuda a mulheres indígenas afetadas pela pandemia no RS. **ECO A uol**, São Paulo, 3 junho 2021. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/03/cacica-cria-rede-de-ajuda-a-mulheres-indigenas-afetadas-pela-pandemia-no-rs.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Centro de referência Indígena Afro do RS. #01 – Marco Temporal. YouTube, 2 outubro 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4AfrexDY8zg>. Acesso em: 17 ago. 2022.

Centro de referência Indígena Afro do RS. #4 - Modos de vida da população indígena da região (RS). YouTube, 1 fevereiro 2022. Disponível em: <https://youtu.be/fNFuKwvQWsg>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CENTRO de Referência Afro-indígena luta para manter direito a acesso à água. **Sul21**, 8 janeiro 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/01/centro-de-referencia-afro-indigena-luta-para-manter-direito-a-acesso-a-agua/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva** [online], v. 15, n. 2, 2001, p. 36-42. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/MWWF97DDGP3bLHxyFd6dqxn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COMUNIDADES indígenas criam redes de apoio em meio à pandemia. **GZH**, Porto Alegre, 19 abril 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/04/comunidades-indigenas-criam-redes-de-apoio-em-meio-a-pandemia-cknoypz570006016u6pnmfsy7.html>. Acesso em: 27 fev. 2022.

DA COSTA, F. Mulheres indígenas criam rede para apoiar artesãs durante a pandemia. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, ano 23, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mulheres-indigenas-criam-rede-para-apoiar-artesas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

EDUCAÇÃO é o principal caminho para a inserção do indígena no mercado de trabalho. **Governo do Estado do Tocantins**, Tocantins, 9 agosto 2017. Disponível

em: <https://www.to.gov.br/noticias/educacao-e-o-principal-caminho-para-a-insercao-do-indigena-no-mercado-de-trabalho/4jv3h9z3pl0i>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ENGE, Tiara Rubia. O Espaço Social e a Organização do Território Indígena Kaingang na Região do Alto Uruguai Gaúcho. In: **Simpósio Nacional de Educação, 2008, Erechim**. Erechim: Edifapes, v. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/520.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Mariana Martins. As políticas indigenistas e as lutas sociais indígenas: manifestações da questão social. **Temporalis**, v. 19, n. 38, p. 70-86, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n38p70-86>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/28307/20132>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. De mercadoria a patrimônio nacional: arte e tecnologia indígena na formação de uma coleção para o Museu Nacional. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 56-77, nov. 2017. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/05.2.Artigo04.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GARCÉS, C. L. L. *et al.* Objetos indígenas para o mercado: produção, intercâmbio, comércio e suas transformações. Experiências Ka'apor e Mebêngôkre-Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 3, p. 659-680, set./dez. 2015. DOI: 10.1590/1981-81222015000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/kKZpCTXnrVQnzQXS5Wnnpd/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

GUIRAU, Kárine Michelle; SILVA, Carolina Rocha. Povos indígenas no espaço urbano e políticas públicas. Araraquara: **FCLAr – Unesp**, 2013. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st08-trab-aceito-0200-7.pdf>. Acesso em: 2 set. 2022.

HORTA, A. *et al.* Mulheres, Comida e Cuidado: um estudo de caso transversal sobre respostas indígenas à COVID-19. **Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19**, 2022. Disponível em: <http://www.pari-c.org/estudo/3>. Acesso em 9 abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 6 set. 2022.

JESUS, Diego Santos Vieira De. Economia criativa e resistência: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 2, p. 349-362, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93853317020>. Acesso em: 25 mar. 2022.

KLINTOWITZ, Danielle; CORREIA, Fernanda; AGUIAR, Marcos. Indígenas no espaço urbano: não foi a aldeia que chegou na cidade mas a cidade que chegou na aldeia. **ArchDaily**, 20 abril 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/937793/indigenas-no-espaco-urbano-nao-foi-a-aldeia-que-chegou-na-cidade-mas-a-cidade-que-chegou-na-aldeia>. Acesso em: 27 fev. 2022.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Etnicidade indígena no contexto urbano: uma etnografia sobre os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Cratéus**. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/903/1/arquivo7525_1.pdf. Acesso em 16 mar. 2022.

MARCHESAN, Ricardo. Indígenas tiveram maior queda no emprego e renda na pandemia, diz FGV. **Uol Economia**, São Paulo, 14 outubro 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/14/pandemia-indigenas-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MARINHO, Gerson L.; CALDAS, Aline D. R.; SANTOS, Ricardo V. Indígenas residentes em domicílios "improvisados" segundo o Censo Demográfico 2010. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 27, n. 01, 2017, p. 79-102. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000100005>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000100005>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MONDARDO, M. Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil: estratégias de luta e r-existência. **Finisterra**, [s. l.], v. 55, n. 115, p. 81-88, 2021. DOI: 10.18055/Finis20364. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20364>. Acesso em: 21 fev. 2022.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 1, p. 9, 2010. Disponível em: <http://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/5055>. Acesso em: 17 mar. 2022.

O QUE é o Marco Temporal e como ele impacta os povos indígenas. **ECOIA uol**, São Paulo, 2 junho 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2020/06/02/o-que-e-o-marco-temporal-e-como-ele-impacta-indigenas-brasileiros.htm>. Acesso em: 27 ago. 2022.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

ORJUELA, Norma. A pandemia de COVID-19 e seus impactos na vida dos moradores da Vila Tuyuka (São Gabriel da Cachoeira). **Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19**, vol. 1, n. 10, nov. 2021. Disponível em <http://www.pari-c.org/artigo/77>. Acesso em 13 abr. 2022.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Decolonizar o urbano para ver o “outro”: Ideologias, Imagens e a invisibilidade indígena nas cidades médias. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 233-265, jan/jul 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/85249/49072>. Acesso em: 9 abr. 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1966.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

RIBEIRO, Berta G. **Artesanato indígena**: para que e para quem? In: O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore (FUNARTE), 1983. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-1983-artisanato/Ribeiro_1983_ArtesanatoIndigena_ParaQueParaQuem.pdf.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 28-63.

SOUZA, A. H. C.; LIMA, A. M. A.; MELLO, M. A. A.; OLIVEIRA, E. R. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. **Destques Acadêmicos**, v. 7, p. 88-95, 2015. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/viewFile/465/457>. Acesso em: 17 set. 2022.

SOUZA, Alda Lúcia Monteiro De. **A pobreza indígena como um processo de longa duração**: uma análise etnográfica na região da tríplice fronteira (Brasil-Colômbia-Peru). 2019. 208 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36763>. Acesso em: 5 mar. 2022.

ÚLTIMO censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país; dados serão atualizados em 2022. **Gov.br**, 20 julho 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimo-censo-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022>. Acesso em: 2 set. 2022.